



# DIÁRIO

# República Federativa do Brasil

# DO CONGRESSO NACIONAL

## SEÇÃO II

ANO XLI — Nº 79

CAPITAL FEDERAL

SÁBADO, 2 DE AGOSTO DE 1986

## SENADO FEDERAL

### SUMÁRIO

#### 1 — ATA DA 144ª SESSÃO, EM 1º DE AGOSTO DE 1986

##### 1.1 — ABERTURA

##### 1.2 — EXPEDIENTE

##### 1.2.1 — Leitura de Projetos

— Projeto de Lei do Senado nº 172/86, de autoria dos Srs. Senadores Alfredo Campos e Nelson Carneiro, que dá nova redação a dispositivo da Lei nº 7.493, de 17 de junho de 1986.

— Projeto de Lei do Senado nº 173/86, de autoria do Sr. Senador Cesar Cals, que dispõe sobre pensão especial para os deficientes físicos, e dá outras providências.

##### 1.2.2 — Comunicação da Presidência

— Presença, na Casa, do Sr. Roisle Alaor Metzker Coutinho, suplente convocado da representação do Estado da Bahia, em virtude do afastamento do titular, Senador Lomanto Júnior.

##### 1.2.3 — Prestação do compromisso regimental e posse do Sr. Roisle Alaor Metzker Coutinho

##### 1.2.4 — Comunicação

— Do Sr. Roisle Alaor Metzker Coutinho, referente à sua filiação partidária e nome parlamentar.

##### 1.2.5 — Requerimento

— Nº 265/86, de autoria do Sr. Senador Octávio Cardoso e outros Srs. Senadores, de homenagem de pesar pelo falecimento do Senador Lenoir Vargas. Aprovado, após usarem da palavra os Srs. Octávio Cardoso, Américo de Souza, Jamil Haddad, José Ignácio Ferreira, Passos Pôrto e Nelson Carneiro, havendo o Sr. Presidente se associado às homenagens prestadas pelo Plenário.

##### 1.2.6 — Designação da Ordem do Dia da próxima sessão

##### 1.3 — ENCERRAMENTO

#### 2 — ATOS DO PRESIDENTE DO SENADO NºS 83 A 89, DE 1986

#### 3 — ATO DO PRIMEIRO-SECRETÁRIO Nº 19, DE 1986

#### 4 — PORTARIA DO PRIMEIRO-SECRETÁRIO Nº 323, DE 1986

#### 5 — ATAS DE COMISSÕES

#### 6 — COMUNICADO CONJUNTO PARA A IMPRENSA

#### 7 — MESA DIRETORA

#### 8 — LÍDERES E VICE-LÍDERES DE PARTIDOS

#### 9 — COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES

## Ata da 144ª Sessão, em 1º de agosto de 1986

### 4ª Sessão Legislativa Ordinária, da 47ª Legislatura

*Presidência do Sr. José Fragelli*

**ÀS 14 HORAS E 30 MINUTOS, ACHAM-SE PRESENTES OS SRS. SENADORES:**

Alexandre Costa — Américo de Souza — Helvídio Nunes — Luiz Cavalcante — Passos Pôrto — José Ignácio Ferreira — Nelson Carneiro — Jamil Haddad — Alfredo Campos — José Fragelli — Octávio Cardoso.

**O SR. PRESIDENTE (José Fragelli)** — A lista de presença acusa o comparecimento de 11 Srs. Senadores. Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

Sobre a mesa, projetos de lei que serão lidos pelo Sr. 1º-Secretário.

São lidos os seguintes

#### PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 172, de 1986

Dá nova redação a dispositivo da Lei nº 7.493, de 17 de junho de 1986.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O caput do art. 9º da Lei nº 7.493, de 17 de junho de 1986, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 9º Para as eleições que obedecerem ao sistema proporcional, cada Partido poderá registrar candidato até três vezes o número de lugares a

preencher na Câmara dos Deputados e na Assembléia Legislativa.

Art. 2º O art. 11 da Lei nº 7.493, de 17 de junho de 1986, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 11. As convenções regionais para deliberações sobre coligações partidárias e escolhas de candidatos serão realizadas entre 15 de junho e até dez dias após a vigência da presente lei.

Parágrafo único. A Comissão Executiva Regional ou a Comissão Executiva Regional Provisória de Partido Político deverá requerer o registro à Justiça Eleitoral dos candidatos escolhidos para completar o número fixado pela presente lei, dentro do prazo de doze dias, a contar de sua vigência.”

**EXPEDIENTE****CENTRO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL**

LOURIVAL ZAGONEL DOS SANTOS

Diretor-Geral do Senado Federal

JOSÉ LUCENA DANTAS

Diretor Executivo

JOÃO DE MORAIS SILVA

Diretor Administrativo

MÁRIO CÉSAR PINHEIRO MAIA

Diretor Industrial

PEDRO ALVES RIBEIRO

Diretor Adjunto

**DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL**

Impresso sob a responsabilidade da Mesa do Senado Federal

**ASSINATURAS**

Via Superfície:

Anual ..... Cz\$ 92,00

Semestral ..... Cz\$ 46,00

Exemplar Avulso: Cz\$ 0,17

Tiragem: 2.200 exemplares.

Art. 4º A presente lei entrará em vigor na data da sua publicação.

Art. 5º Ficam revogados os arts. 3º, 9º e seus §§ 1º e 2º, e o art. 11 da Lei nº 7.493, de 17 de junho de 1986, e demais disposições em contrário.

**Justificação**

O presente projeto respeita a decisão do Egrégio Tribunal Superior Eleitoral em face da redação de dispositivos da Lei nº 7.493, de 17 de junho do corrente ano. E atende ao apelo de quase todas as agremiações políticas, interessadas em possibilitar a presença no pleito de 15 de novembro de novas lideranças, que seriam provavelmente afastadas pelo reduzido número de candidatos de cada Partido, à Assembleia Nacional Constituinte e às Assembleias Legislativas.

A aprovação do presente projeto não anula as Convenções já concluídas e não impede a realização das já convocadas.

Sala das Sessões, em 1º de agosto de 1986. — Alfredo Campos — Nelson Carneiro.

(À Comissão de Constituição e Justiça.)

**PROJETO DE LEI DO SENADO**

Nº 173, de 1986

Dispõe sobre pensão especial para os deficientes físicos e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a conceder pensão especial, mensal, vitalícia e intransferível, aos portadores de deficiência física que requererem, devida a partir da entrada do pedido de pagamento no Instituto Nacional de Previdência Social — INPS.

§ 1º O valor da pensão especial, reajustável a cada ano posterior à data da concessão segundo a variação do Índice de Preços ao Consumidor — IPC, será calculado em função dos pontos indicadores da natureza e do grau da dependência resultante da deficiência física, a razão, cada um, de metade do salário mínimo vigente no País.

§ 2º Quanto à natureza, a dependência compreenderá a incapacidade para o trabalho, para a deambulação, para a higiene pessoal e para alimentação; atribuindo-se a cada uma 1 (um) ou 2 (dois) pontos, respectivamente, conforme seja o seu grau parcial ou total.

Art. 2º A percepção do benefício de que trata esta lei dependerá unicamente da apresentação de atestado médico comprobatório das condições constantes do artigo anterior, passado por junta médica oficial para esse fim constituída pelo Instituto Nacional de Previdência Social, sem qualquer ônus para os interessados.

Art. 3º A pensão especial de que trata esta lei, ressaltado o direito de opção, não é acumulável com rendi-

mento ou indenização que, a qualquer título, venha a ser paga pela União a seus beneficiários.

Art. 4º A pensão especial será mantida e paga pelo Instituto Nacional de Previdência Social, com recursos provenientes do aumento, em até 2 (dois) pontos percentuais, da quota da receita bruta da Loteria de Números — LOTO, instituída pela Lei nº 6.717, de 12 de novembro de 1979, destinada à Previdência Social.

**Justificação**

A grande maioria dos deficientes físicos em nosso País é composta de membros de famílias pobres, que não dispõem de recursos para prover o mínimo de assistência necessária a um indivíduo incapacitado para o trabalho e não raro impossibilitado de ministrar-se cuidados pessoais básicos, como alimentação e higiene. Na verdade, muitas dessas famílias não têm sequer condições de assumir o encargo de alimentar uma pessoa que, não podendo trabalhar, deixa de contribuir para o consumo doméstico.

Não é desconhecido o fato de que uma parte ponderável desses cidadãos, além do atendimento das necessidades básicas, precisa de assistência especial de enfermagem e atendente ou destinada à aquisição e manutenção de aparelhos ortopédicos.

Ao propor a concessão de pensão especial aos deficientes físicos face atendimento a essas necessidades, o presente Projeto pretende contribuir para a plena eficácia dos preceitos da Emenda Constitucional nº 12/78, que assegura aos deficientes físicos a melhoria de sua condição social e econômica.

Estou certo de que os ilustres Pares, em face do alcance humano e social da medida, emprestarão seu indispensável apoio para sua aprovação nesta Casa.

Sala das Sessões, 1º de agosto de 1986. — Cesar Cals.

(Às Comissões de Constituição e Justiça, de Legislação Social e de Finanças.)

O SR. PRESIDENTE (José Fragelli) — Os projetos lidos serão publicados e remetidos às Comissões competentes.

O SR. PRESIDENTE (José Fragelli) — Encontra-se na Casa o Sr. Roisle Alaor Metzker Coutinho, suplente convocado da representação do Estado da Bahia, em virtude do afastamento do titular, Senador Lomanto Júnior.

S. Exª encaminhou à Mesa o diploma, que será publicado na forma regimental.

É o seguinte o diploma encaminhado à Mesa

**DIPLOMA**

DE SUPLENTE DE

**SENADOR PELO ESTADO DA BAHIA**

O TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA, pelo seu PRESIDENTE, na conformidade do art. 215 do Código Eleitoral, confere este diploma de Suplente de Senador ao Senhor

**ROISLE ALAOR METZKER COUTINHO**

ELEITO a 15 de novembro último sob a legenda da ALIANÇA RENOVADORA NACIONAL, conforme consta da ata da sessão deste Tribunal do dia 15 do corrente, para que, na forma preceituada na Legislação vigente, possa substituir ou suceder o titular no Senado Federal.

Cidade do Salvador, 23 de dezembro de 1978.

Desembargador RENATO ROLLEMBERG DA CRUZ MESQUITA  
Presidente

**O SR. PRESIDENTE** (José Fragelli) — Designo comissão formada pelos Srs. Senadores Octávio Cardoso, Alfredo Campos e Jamil Haddad para introduzirem S.E. x\* em plenário, a fim de prestar o compromisso regimental. (Pausa.)

Acompanhado da Comissão designada, dá entrada em plenário o Sr. Roisle Alaor Metzker Coutinho, prestando junto à Mesa o seguinte compromisso regimental:

*"PROMETO GUARDAR A CONSTITUIÇÃO E AS LEIS DO PAÍS, DESEMPENHAR FIEL E LEALMENTE O MANDATO DE SENADOR QUE O POVO ME CONFERIU E SUSTENTAR A UNIÃO, A INTEGRIDADE E A INDEPENDÊNCIA DO BRASIL."* (Palmas.)

**O SR. PRESIDENTE** (José Fragelli) — Declaro empossado, como Senador da República, o nobre Sr. Roisle Alaor Metzker Coutinho que, a partir deste momento, passará a participar dos trabalhos da Casa.

**O SR. PRESIDENTE** (José Fragelli) — Sobre a mesa, comunicação que vai ser lida pelo Sr. 1º-Secretário.

É lida a seguinte

Em 1º de agosto de 1986

Senhor Presidente,

Tenho a honra de comunicar a Vossa Excelência, à vista do disposto no art. 7º do Regimento Interno, que, assumindo o exercício da representação do Estado da Bahia em substituição do Senhor Senador Lomanto Júnior, adotarei o nome parlamentar abaixo consignado e integrei a bancada do Partido da Frente Liberal.

Atenciosas saudações. — Alaor Coutinho.

**O SR. PRESIDENTE** (José Fragelli) — A Comunicação lida vai à publicação.

**O SR. PRESIDENTE** (José Fragelli) — Sobre a mesa, requerimento que vai ser lido pelo Sr. 1º-Secretário.

É lido o seguinte

## REQUERIMENTO

Nº 265, de 1986

Pelo falecimento do Senador Lenoir Vargas, requeremos, na forma regimental e de acordo com as tradições da Casa, as seguintes homenagens:

- a) inserção em ata de voto de profundo pesar;
- b) apresentação de condolências à família e ao Estado de Santa Catarina;
- c) levantamento da sessão.

Sala das Sessões, 1º de agosto de 1986. — Octávio Cardoso — Luiz Cavalcante — Jamil Haddad — Nelson Carneiro — José Ignácio Ferreira — Passos Pôrto — Alfredo Campos — Américo de Souza — Alaor Coutinho — José Fragelli.

**O SR. PRESIDENTE** (José Fragelli) — Este requerimento depende de votação, em cujo encaminhamento poderão fazer uso da palavra os Srs. Senadores que o desejarem.

**O SR. OCTÁVIO CARDOSO** — Peço a palavra, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (José Fragelli) — Concedo a palavra ao nobre Senador Octávio Cardoso.

**O SR. OCTÁVIO CARDOSO** (PDS — RS. Para encaminhar a votação — Sr. Presidente e Srs. Senadores:

Nestes últimos anos, o Senado Federal tem sido rudemente atingido, tais foram as lamentáveis perdas de companheiros nossos que pranteamos neste plenário. Nesta manhã, perdemos o Senador Lenoir Vargas, da Representação de Santa Catarina.

Em nome da Bancada do meu partido, que o ilustre morto com tanto brilho integrou, desejo manifestar todo o nosso pesar pelo passamento de um homem que teve uma acabada vocação política. Vereador, Deputado estadual, e Deputado Federal em três legislaturas, Senador eleito e reconduzido ao Senado Federal. O nobre Senador Lenoir Vargas, em todos esses mandatos, se houve com grande dignidade, especialmente, com grande fidelidade aos seus ideais e aos seus princípios. E o eleito de Santa Catarina, reconhecido desse seu valor, dessa sua fidelidade, do labor incansável de homem público,

sucessivamente o reconduziu, e estava S. Exª agora no exercício do alto mandato neste Parlamento.

Ontem, tivemos a triste notícia de que fora acometido de um infarto. Apesar de todos os dedicados esforços do corpo médico, inclusive desta Casa, hoje recebemos a triste notícia do seu passamento.

Desejo, assim, ressaltar que o ilustre morto deixa um grande vazio na nossa Bancada e na Representação catarinense. Empobrece-se o mundo político de Santa Catarina, porque foi um homem que exerceu sempre os seus mandatos com grande nobreza, com grande espírito público, com grande dedicação. Honrou e dignificou o mandato popular.

O ilustre Senador catarinense, mercê de seus méritos, recebeu a condecoração da "Ordem do Congresso Nacional" no Grau de Grande Oficial, a "Ordem de Rio Branco" no Grau de Grande Oficial, a "Ordem do Mérito Aeronáutico" no Grau de Comendador, a "Ordem do Mérito Naval" com a "Medalha Almirante Tamandaré", a Ordem do Mérito do Ipiranga, Medalha Comemorativa do Sesquicentenário da Instalação dos Trabalhos do Senado Federal, "Medalha Comemorativa do Sesquicentenário do Poder Legislativo" e "Medalha José Bonifácio", do Senado Federal.

Integrou, nesta Casa, diversas Comissões e, em mais de uma legislatura, integrou também a Mesa Direta dos nossos trabalhos.

Homem de trato ameno, homem de procedimento sempre cavalheiresco, soube granjear a amizade, a estima e a admiração de todos os seus Companheiros.

A nossa homenagem se estende também à sua Excelentíssima Esposa, Dona Ruth Barbedo Ferreira, e a suas filhas Marta Maria e Ligia Maria.

Assim, Sr. Presidente, ao requerermos, com diversas Lideranças, esta homenagem à memória do ilustre morto, queria acrescentar também a grande perda que representou para o Partido e para o Parlamento, para a sociedade de Brasília e de Santa Catarina, o passamento desse ilustre Parlamentar que tanto honrou, dignificou e enobreceu o Parlamento Nacional.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

**O Sr. Américo de Souza** — Peço a palavra, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (José Fragelli) — Concedo a palavra ao nobre Senador Américo de Souza.

**O SR. AMÉRICO DE SOUZA** (PFL — MA. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

O Partido da Frente Liberal está de luto. Perde o Senado um dos mais ilustres companheiros que abrilhantaram esta Casa. Desaparece de Santa Catarina a figura do ilustre e eminente Senador Lenoir Vargas.

Correligionário de S. Exª nos anos que passamos juntos na Câmara dos Deputados, adversários de S. Exª aqui no Senado da República, mas lá, como cá, tivemos sempre a cordialidade nas nossas relações e admiração nossa no seu procedimento.

Lenoir Vargas é o nome que sempre se impôs ao respeito e à admiração desta Casa, homem cujas atitudes inspiravam profunda confiança em todos.

Pelo respeito, pela admiração pelo carinho que tínhamos por S. Exª, não podíamos, Sr. Presidente, deixar de trazer a nossa voz de profundo sentimento, no momento triste em que deixa o nosso convívio o querido companheiro Lenoir Vargas.

Neste momento, Sr. Presidente, quando a tristeza invade o lar do ilustre morto, tocam clarins os anjos do Céu a receber essa alma pura e chora a nossa alma de cristão.

**O SR. PRESIDENTE** (José Fragelli) — Concedo a palavra ao nobre Senador Jamil Haddad, como Líder do PSB.

**O SR. JAMIL HADDAD** (PSB — RJ. Como líder, para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

Ouvi o pronunciamento emocionado do nobre Senador Octávio Cardoso sobre o passamento do nosso querido Companheiro Lenoir Vargas. Já me tinha habituado a vê-lo diariamente nas sessões, sentado ao lado do nobre Senador Octávio Cardoso, com aquele seu jeito tranquilo, nos seus discursos, com aquela voz mansa, e

causou-me espécie, como médico, que um homem tranquilo, sem problemas, homem que não eleva a voz em nenhum debate, pudesse ter sido acometido de enfarte. Mas o destino é cruel e, infelizmente, hoje estamos aqui reverenciado que para mim, novo nesta Casa, representava um padrão típico de homem de princípios, sempre coerente e sempre votando de acordo com sua Bancada.

Em nome do Partido Socialista Brasileiro, neste momento, associo-me ao sentimento de pesar do Senado da República e deixo junto à Família os mais sentidos votos de condolências neste instante tão triste que atravessamos nesta Casa.

**O SR. PRESIDENTE** (José Fragelli) Concedo a palavra ao nobre Senador José Ignácio Ferreira.

**O SR. JOSÉ IGNÁCIO FERREIRA** (PMDB — ES. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente e Srs. Senadores:

O PMDB, nesta hora triste, quer também se associar a esse preito que vai sendo prestado à figura ilustre do nosso querido colega Lenoir Vargas. Ao longo desses anos, nos acostumamos a ver, mais que com respeito, com admiração, e mais que com admiração, com estima, que formamos na esteira desses anos, aquela figura serena, tranqüila, que, no Plenário, revelava sempre, nas suas externações e nos seus votos, a segurança, a coerência e a lealdade ao seu Partido e aos seus companheiros. Tivemos muitos exemplos das excelsas virtudes, das qualidades marcantes do nosso querido colega Lenoir Vargas.

**O Sr. Alfredo Campos** — Permite V. Exª um aparte, nobre Senador José Ignácio Ferreira.

**O SR. JOSÉ IGNÁCIO FERREIRA** — V. Exª tem o aparte, nobre Senador Alfredo Campos.

**O Sr. Alfredo Campos** — Nobre Senador José Ignácio Ferreira, o aparte que ora pedi é no sentido de cientificar a Casa que V. Exª fala neste instante, por delegação direta do PMDB, em nome de nosso Partido e da Bancada do Governo nesta Casa.

**O SR. JOSÉ IGNÁCIO FERREIRA** — Muito obrigado a V. Exª por esta oportunidade e por esta honra.

Pessoalmente também me vinculo a esta homenagem. Falo em nome do meu Partido, mas também falo em meu nome pessoal. Tinha ligações, que se foram estreitando ao longo desses quatro anos, com o nosso prezado Lenoir Vargas e com os seus familiares — com Dona Ruth, com suas filhas, netos — colegas dos meus filhos. Por isso, sinto pessoalmente muito esse passamento.

Sr. Presidente, sem qualquer ênfase que se possa dar em termos de retórica, falam mais altos os principais fatos da vida administrativa e parlamentar do eminente extinto: foi Vereador e Líder do PDS na Câmara Municipal de Chapecó, em Santa Catarina, numa legislatura; foi Deputado Estadual por duas legislaturas e também Líder do seu Partido na Assembléia Legislativa; foi Deputado Federal em três legislaturas, e na Câmara dos Deputados foi quase tudo, inclusive Vice-Líder da Bancada do PDS. Foi também, desde a fundação até 1983, Presidente do PDS em Santa Catarina, como também Presidente da ARENA em Santa Catarina, em determinada ocasião. Foi Senador eleito em 1970 e reeleito pelo Colégio Eleitoral do Estado em 1978. Advogado, professor universitário, tem vários trabalhos publicados, inclusive obras científicas, e a sua atuação parlamentar foi da fecundidade que todos conhecemos, da coerência, da sensatez e do equilíbrio por todos conhecidos e por todos seguramente proclamados.

Os seus padrões ideológico, cívico e ético foram, por várias vezes, tornados evidentes em diversas oportunidades, para mim particularmente nestes últimos quatro anos que ora se vão findando.

Por estas razões, Sr. Presidente, associo-me a essas homenagens em nome do nosso Partido, o PMDB, e pessoalmente também, rogando aos céus para que Deus receba a sua boníssima alma no seu aprisco dos bons e dos justos.

**O SR. PRESIDENTE** (José Fragelli) — Concedo a palavra ao nobre Senador Passos Pôrto.

**O SR. PASSOS PÓRTO** (PMDB — SE. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente e Srs. Senadores:

Nesta legislatura que está a se extinguir, nestes oito anos de vida legislativa e política do Senado Federal, ti-

vemos profundas perdas na sociedade política brasileira. O Brasil foi traumatizado com o desaparecimento de muitos Senadores que honraram a vida pública do nosso País.

Assim, mais uma vez somos surpreendidos, desta vez pela figura mais serena que havia no Senado, um pessesta histórico, um gaúcho de coração de Santa Catarina, um homem que conviveu com Nereu Ramos, que foi do PSD catarinense, que galgou, ao longo de sua vida, todos os cargos através do mandato popular, de Vereador a Senador da República e que estava encerrando a sua vida política, quando foi surpreendido pelo coração.

Dizia Alcides Carneiro que "o coração não mata, o coração morre. O que mata é a angústia, essa grande inimiga da natureza humana".

Creio, Sr. Presidente, que todos nós, políticos, vivemos permanentemente em tensão, somos permanentemente angustiados, neste mundo que está aí, de turbilhão, que se inscreve e circunscreve em torno de nós — uma vida pública acidentada, todos nós estamos sujeitos ao fim surpreendente de Lenoir Vargas.

Sr. Presidente, associe-me às homenagens. Já subscrevi o requerimento, pois fui seu colega desde a Câmara dos Deputados; lá, o conheci como Vice-Presidente da Câmara dos Deputados; foi companheiro e adversário político. Depois, nos somamos à sombra do Partido que sustentou o regime militar no Brasil durante esses anos. Lenoir Vargas tomba coerente, dentro do seu Partido, fiel às suas origens e à sua vocação política.

Merece, portanto, de todos nós, o respeito, a admiração e a saudade.

**O SR. PRESIDENTE (José Fragelli)** — Concedo a palavra ao nobre Senador Nelson Carneiro.

**O SR. NELSON CARNEIRO (PMDB — RJ.** Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador) — Sr. Presidente e Srs. Senadores:

O perfil, a presença, a personalidade de Lenoir Vargas foram já aqui exaltadas por vários dos oradores que me antecederam.

Quero, porém, focalizar dois aspectos: o do Membro da Comissão de Constituição e Justiça, aquele permanente estudioso dos problemas que transitam e transitavam por esse órgão técnico, a independência de seus votos, a coragem de divergir, a lucidez dos seus pronunciamentos e a preocupação com os antigos Senadores, pelos quais tanto lutou para que pudessem ter, nesta Casa, a assistência médica que se encerra com o mandato. Creio que foi a sua última proposição aprovada nesta Casa, lutou por isto, para que os que se aposentam da vida pública, deixando esta Casa, possam continuar recebendo o tratamento médico que é dispensado aos que estão em atividade. Mal sabia ele que a morte não lhe permitiria conhecer o instante em que outros Senadores afastados da atividade pudessem valer-se dessa faculdade que uma resolução lhe deferiu. Ao mesmo tempo, era um homem preocupado com o destino de todos os parlamentares, de todos os funcionários contribuintes do Instituto de Previdência dos Congressistas. Procurava acompanhar todos os projetos que diziam respeito a esse Instituto, tentando, por todos os meios, evitar que proposições disparatadas pusessem em risco a sorte, a esperança e os recursos com que as famílias dos parlamentares e dos funcionários teriam que encarar depois da morte ou da aposentadoria dos seus chefes.

Todos estes aspectos que ressalto, Sr. Presidente, revelam não só o homem dedicado aos problemas do Direito, como também, o homem sensível às preocupações que afligem a todos os que, como nós, através de longos anos de atividades políticas, esperamos um dia merecer a compreensão dos que vierem depois de nós, pelo respeito, pela probidade, pela lealdade e, principalmente, por aquele alto espírito, aquele constante espírito de fraternidade, de compreensão humana que caracterizou, entre outros atributos, Lenoir Vargas.

**O SR. PRESIDENTE (José Fragelli)** — Em votação o requerimento.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

A Mesa associa-se às homenagens que vêm de ser prestadas à figura do nosso saudoso Colega de tantos anos de labuta nesta Casa, Senador Lenoir Vargas.

Os nobres Senadores destacaram a personalidade, o caráter, a fibra, a inteligência, a dedicação e a competência com que Lenoir Vargas sempre desempenhou o seu mandato, aliás, seus dois mandatos de Senador da República.

Como foi assinalado também, Lenoir Vargas teve, sem dúvida alguma, uma carreira política excepcional, toda ela nos Legislativos da Federação Brasileira, desde a Vereança, Deputado estadual duas vezes, três legislaturas como Deputado federal e Senador em dois períodos de oito anos.

Todos que tivemos a oportunidade de trabalhar com Lenoir Vargas um pouco mais proximamente na Comissão de Constituição e Justiça, devemos, sem favor alguns ressaltar a maneira pela qual S. Ex<sup>a</sup> desempenhou suas funções, com assiduidade, com estudo permanente de todas as importantes questões que se debatiam naquela grande Comissão do Senado da República.

Como disse o Senador Nelson Carneiro, dentre essas qualidades destacava-se a sua independência, a maneira pela qual S. Ex<sup>a</sup> se pronunciava sempre, de acordo com os resultados dos seus acurados estudos da matéria constitucional.

Aqui, no plenário, Lenoir Vargas era aquela figura serena que todos relembrou, mas também firme, não deixando de se pronunciar sobre todas as questões importantes para o País e para os debates desta Casa.

Realmente, o Senado da República, a classe política, o Brasil e o Estado de Santa Catarina perdem um dos seus mais ilustres Legisladores que temos tido nos Legislativos da nossa Pátria, desde as Câmaras Municipais até o Senado da República.

**O SR. PRESIDENTE (José Fragelli)** — A Presidência nestas condições vai encerrar a presente sessão, designando para a ordinária de segunda-feira próxima a seguinte

## ORDEM DO DIA

1

**PROJETO DE LEI DA CÂMARA**  
Nº 31, DE 1986  
(Em regime de urgência — art. 371, B, do Regimento Interno)

Discussão, em segundo turno, do Projeto de Lei da Câmara nº 31, de 1986 (nº 7.596/86, na Casa de origem), de iniciativa do Senhor Presidente da República, que dispõe sobre a criação de cargos nos órgãos judiciais da Justiça do Distrito Federal e dá outras providências, tendo **PARECERES ORAIS FAVORÁVEIS**, proferidos em Plenário, das Comissões:

— do Distrito Federal; e  
— de Finanças.

2

Votação, em turno único, do Requerimento nº 97, de 1986, do Senador Nelson Carneiro, solicitando, nos termos do art. 195, inciso I do Regimento Interno, a inclusão, em Ordem do Dia, do Projeto de Lei do Senado nº 80, de 1984, de sua autoria, que "altera dispositivo da Consolidação das Leis do Trabalho, com vistas a limitar em 40 horas semanais a jornada de trabalho".

3

Votação, em turno único, do Requerimento nº 160, de 1986, de autoria do Senador Cid Sampaio, solicitando, nos termos dos arts. 75, 75-A, 76 e 77 do Regimento Interno do Senado Federal, a constituição de uma Comissão Especial, composta de 7 membros para, no prazo de 180 dias, realizar estudos sobre a Reforma Tributária, tendo

**PARECER ORAL, FAVORÁVEL**, proferido em Plenário, da Comissão:  
— de Finanças.

4

Discussão, em turno único, do Projeto de Resolução nº 35, de 1986 (apresentado pela Comissão de Economia como conclusão de seu Parecer nº 409, de 1986), que autoriza a Prefeitura Municipal de Vilhena (RO) a elevar em Cr\$ 2.732.430.000,00 (dois bilhões, setecentos e trinta e dois milhões, quatrocentos e trinta mil cruzeiros), o montante de sua dívida consolidada, tendo

**PARECERES**, sob nºs 410 e 411, de 1986, das Comissões:

— de Constituição e Justiça, pela constitucionalidade e juridicidade; e  
— de Municípios, favorável.

5

Discussão, em segundo turno, do Projeto de Lei do Senado nº 205, de 1980, de autoria do Senador Humberto Lucena, que revoga dispositivo da Consolidação das Leis do Trabalho, tendo

**PARECERES**, sob nºs 189 a 191, de 1984, das Comissões:

— de Constituição e Justiça, pela constitucionalidade, juridicidade e, quanto ao mérito, favorável, com voto vencido dos Senadores Passos Pôrto, Helvídio Nunes e José Fragelli;  
— de Serviço Público e de Legislação Social, favoráveis.

6

Discussão, em segundo turno, do Projeto de Lei do Senado nº 147, de 1981, de autoria do Senador Humberto Lucena, que modifica dispositivo da vigente Consolidação das Leis do Trabalho, tendo

**PARECERES**, sob nºs 557 a 559, de 1984, das Comissões:

— de Constituição e Justiça, pela constitucionalidade, juridicidade e, no mérito, favorável;  
— de Legislação Social, favorável; e  
— de Finanças, favorável.

7

Discussão, em segundo turno, do Projeto de Lei do Senado nº 156, de 1981, de autoria do Senador Nelson Carneiro, que altera e revoga dispositivos na Consolidação das Leis do Trabalho e na Lei nº 5.889, de 8 de junho de 1973, para o fim de unificar a prescrição no direito do trabalho, tendo

**PARECERES**, sob nºs 21 e 22, de 1984, das Comissões:

— de Constituição e Justiça, pela constitucionalidade e juridicidade; e  
— de Legislação Social, favorável.

8

Discussão, em segundo turno, do Projeto de Lei do Senado nº 13, de 1983, de autoria do Senador Gastão Müller, que dispõe sobre a obrigatoriedade de construção, reconstrução ou montagem de Teatro ou Biblioteca Pública, nos casos de extinção ou demolição da unidade existente, tendo

**PARECERES**, sob nºs 390 e 391, de 1986, das Comissões:

— de Constituição e Justiça, pela constitucionalidade e juridicidade; e  
— de Educação e Cultura, favorável.

9

Discussão, em segundo turno, do Projeto de Lei do Senado nº 58, de 1983, de autoria do Senador Murilo Badaró, que dispõe sobre a cobrança de multa pelas concessionárias de serviço público, tendo

**PARECERES**, sob nºs 309 e 310, de 1984, das Comissões:

— de Constituição e Justiça, pela constitucionalidade e juridicidade e, no mérito, favorável; e  
— de Finanças, favorável.

**O SR. PRESIDENTE (José Fragelli)** — Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 15 horas e 20 minutos)

**ATO DO PRESIDENTE Nº 83, DE 1986**

O Presidente do Senado Federal, no uso das atribuições que lhe conferem os artigos 52, item 38, e 97, inciso IV, do Regimento Interno e de acordo com a delegação de competência que lhe foi outorgada pelo Ato da Comissão Diretora nº 2, de 4 de abril de 1973, e tendo em vista o que consta do Processo nº 007890/86-9,

Resolve aposentar, voluntariamente, Sebastião Figueira Santana, Artífice de Mecânica, Classe "Especial", Referência NM-30, do Quadro Permanente do Senado Federal, nos termos dos artigos 101, inciso III, e 102, inciso I, alínea a, da Constituição da República Federativa do Brasil, combinados com os artigos 428, inciso II, 429, inciso I, 430, inciso IV e 414, § 4º, da Resolução SF nº 58, de 1972, e artigo 2º, parágrafo único, da Resolução SF nº 358, de 1983, e artigo 3º, da Resolução SF nº 13, de 1985, com proventos integrais, acrescidos de 20%, e a gratificação adicional por tempo de serviço a que faz jus, observado o limite previsto no artigo 102, § 2º, da Constituição Federal.

Senado Federal, 10 de julho de 1986. — Enéas Faria, Primeiro-Secretário, no exercício da Presidência.

**ATO DO PRESIDENTE Nº 84, DE 1986**

O Presidente do Senado Federal, no uso das atribuições que lhe conferem os artigos 52, item 38, e 97, inciso IV, do Regimento Interno e de acordo com a delegação de competência que lhe foi outorgada pelo Ato da Comissão Diretora nº 2, de 4 de abril de 1973, e tendo em vista o que consta do Processo nº 007927/86-O,

Resolve declarar aposentado, compulsoriamente, a partir de 14 de julho de 1986, Adão Carrozzoni de Jesus, Técnico em Comunicação Social, Classe "Especial", Referência NS-25, do Quadro Permanente do Senado Federal, nos termos dos artigos 101, inciso II, e 102, inciso I, alínea a, da Constituição da República Federativa do Brasil, combinados com os artigos 428, inciso I, 429, inciso I, 430, incisos IV e V, e 414, § 4º, da Resolução SF nº 58, de 1972, e artigo 2º, parágrafo único, da Resolução SF nº 358, de 1983, e artigo 3º, da Resolução SF nº 13, de 1985, com proventos integrais, acrescidos de 20%, e a gratificação adicional por tempo de serviço a que faz jus, observado o limite previsto no artigo 102, § 2º, da Constituição Federal.

Senado Federal, 10 de julho de 1986. — Enéas Faria, Primeiro-Secretário, no exercício da Presidência.

**ATO DO PRESIDENTE Nº 85, DE 1986**

O Presidente do Senado Federal, no uso das atribuições que lhe conferem os artigos 52, item 38, e 97, inciso IV, do Regimento Interno e de acordo com a delegação de competência que lhe foi outorgada pelo Ato da Comissão Diretora nº 2, de 4 de abril de 1973, e tendo em vista o que consta do Processo nº 007592/86-8,

Resolve aposentar, voluntariamente, Manoel Honório da Silva, Inspetor de Segurança Legislativa, Classe "Especial", Referência NS-19, do Quadro Permanente do Senado Federal, nos termos dos artigos 101, inciso III, e 102, inciso I, alínea a, da Constituição da República Federativa do Brasil, combinados com os artigos 428, inciso II, 429, inciso I, 430, incisos IV e V, e 414, § 4º, da Resolução SF nº 58, de 1972, e artigo 2º, parágrafo único, da Resolução SF nº 358, de 1983, e artigo 3º, da Resolução SF nº 13, de 1985, com proventos integrais, acrescidos de 20%, e a gratificação adicional por tempo de serviço a que faz jus, observado o limite previsto no artigo 102, § 2º, da Constituição Federal.

Senado Federal, 17 de julho de 1986. — José Fragelli, Presidente do Senado Federal.

**ATO DO PRESIDENTE Nº 86, DE 1986**

O Presidente do Senado Federal, no uso das atribuições que lhe conferem os artigos 52, item 38, e 97, inciso IV, do Regimento Interno e de acordo com a dele-

gação de competência que lhe foi outorgada pelo Ato nº 2, de 1973, e revigorada pelo Ato nº 12, de 1983, da Comissão Diretora, e à vista do disposto na Resolução nº 130, de 1980.

Resolve autorizar a contratação, sob o regime jurídico da Consolidação das Leis do Trabalho e do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço de Thales de Souza Ramos Filho, para o emprego de Assessor Técnico, com o salário mensal equivalente ao vencimento do cargo DAS-3, a partir de 5 de junho de 1986, com lotação e exercício no Gabinete do Líder do Partido Liberal, Senador Itamar Franco.

Senado Federal, 17 de julho de 1986. — José Fragelli, Presidente do Senado Federal.

**ATO DO PRESIDENTE Nº 87, DE 1986**

O Presidente do Senado Federal, no uso das atribuições que lhe conferem os artigos 52, item 38 e 97, inciso IV, do Regimento Interno e de acordo com a delegação de competência que lhe foi outorgada pelo Ato nº 2, de 1973, e revigorada pelo Ato nº 12, de 1983, da Comissão Diretora, e à vista do disposto na Resolução nº 130, de 1980.

Resolve autorizar a contratação, sob o regime jurídico da Consolidação das Leis do Trabalho e do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço de Xavier Autran Franco Sá Filho, para o emprego de Assessor Técnico, com o salário mensal equivalente ao vencimento do cargo DAS-3, a partir de 11 de junho de 1986, com lotação e exercício no Gabinete da Senadora Eunice Michiles.

Senado Federal, 24 de julho de 1986. — José Fragelli, Presidente do Senado Federal.

**ATO DO PRESIDENTE Nº 88, DE 1986**

O Presidente do Senado Federal, no uso das atribuições que lhe conferem os artigos 52, item 38 e 97, inciso IV, do Regimento Interno e de acordo com a delegação de competência que lhe foi outorgada pelo Ato nº 2, de 1973, e revigorada pelo Ato nº 12, de 1983, da Comissão Diretora, e à vista do disposto na Resolução nº 130, de 1980.

Resolve autorizar a contratação, sob o regime jurídico da Consolidação das Leis do Trabalho e do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço de Maeterlinck Rêgo Mendes, para o emprego de Assessor Técnico, com o salário mensal equivalente ao vencimento do cargo DAS-3, a partir de 1º de julho de 1986, com lotação e exercício no Gabinete do Senador Carlos Alberto.

Senado Federal, 24 de julho de 1986. — José Fragelli, Presidente do Senado Federal.

**ATO DO PRESIDENTE Nº 89, DE 1986**

O Presidente do Senado Federal, no uso das atribuições que lhe conferem os artigos 52, item 38, e 97, inciso IV, do Regimento Interno e de acordo com a delegação de competência que lhe foi outorgada pelo Ato da Comissão Diretora nº 2, de 4 de abril de 1973, e tendo em vista o que consta do processo nº 004446/86-0,

Resolve aposentar, por invalidez, Vilma Célia Martins Vianna, Assistente Legislativo, Classe C, Referência NM-33, do Quadro Permanente do Senado Federal, nos termos dos artigos 101, inciso I, e 102, inciso I, alínea b, da Constituição da República Federativa do Brasil, combinados com os artigos 428, inciso III, § 2º, 429, inciso III, e 414, § 4º, da Resolução SF nº 58, de 1972, e artigos 2º, parágrafo único, e 3º da Resolução SF nº 358, de 1983, e artigo 3º da Resolução SF nº 13, de 1985, e artigo 1º, da Lei nº 1.050, de 1950, com proventos integrais e a gratificação adicional por tempo de serviço a que faz jus, observado o limite previsto no artigo 102, § 2º, da Constituição Federal.

Senado Federal, 24 de julho de 1986. — José Fragelli, Presidente do Senado Federal.

**ATO DO PRIMEIRO-SECRETÁRIO Nº 019, DE 1986**

O Primeiro-Secretário do Senado Federal, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 57, letras J e K nº 2, do Regimento Interno,

Resolve autorizar o Diretor-Geral do Senado Federal a decidir sobre os Processos de Movimentação de Servi-

dor, referentes ao desligamento/dispensa e a designação/lotação do pessoal nos Gabinetes dos Secretários da Mesa Diretora, dos Suplentes de Secretários, dos Líderes e Vice-Líderes, dos Presidentes de Comissão e dos demais Senadores, mediante proposta dos respectivos titulares.

Senado Federal, 17 de julho de 1986. — Enéas Faria, Primeiro-Secretário.

**PORTARIA Nº 323, DE 1986**

O Primeiro-Secretário do Senado Federal, no uso de suas atribuições regimentais e considerando a necessidade de ampliação do prazo para apuração dos fatos apontados no Processo nº 004396/86-3,

Resolve renovar a designação dos servidores Paulo Roberto Mendonça Silvério, Assessor Parlamentar, Jaime Luiz Colares, Assessor Legislativo e Israel Testa, Assessor Parlamentar, para, sob a Presidência do primeiro, prosseguirem compondo a Comissão que conduz o Processo Administrativo de que trata a Portaria nº 75, de 10 de abril de 1986, com o prazo de 60 (sessenta) dias para conclusão dos trabalhos.

Senado Federal, 17 de julho de 1986. — Enéas Faria, Primeiro-Secretário.

**ATAS DE COMISSÕES****COMISSÃO DE FINANÇAS**

9ª Reunião, Ordinária,  
realizada aos 26 de junho de 1986

Às 10:00 horas do dia 26 de junho do ano de 1986, na Sala de Reuniões da Comissão de Finanças, Ala Senador Nilo Coelho, presentes os Senhores Senadores Lomanto Júnior, Presidente, Carlos Lyra, Vice-Presidente, Jorge Kalume, José Lins, Martins Filho, Hélio Gueiros, Octávio Cardoso, João Calmon, Roberto Campos, Cesar Cals, Américo de Souza, Marcelo Miranda, Gastão Müller, Saldanha Derzi, Cid Sampaio e Luiz Cavalcante. Deixam de comparecer, por motivo justificado os Senhores Senadores Virgílio Távora, João Castelo, Helvídio Nunes, Albano Franco, Álvaro Dias, Benedito Canelas. Havendo número regimental, o Senhor Presidente declara abertos os trabalhos, determinando a mim, Luiz Fernando Lapagesse, a leitura da Ata da 8ª Reunião Ordinária, que, colocada em discussão e votação, é aprovada por unanimidade. Passa-se à apreciação dos itens constantes da pauta dos trabalhos. Item 1 — Projeto de Lei do Senado nº 231/85, que "dispõe sobre a criação da Polícia Florestal, e dá outras providências". Relator o Senador Américo de Souza, que emite parecer favorável. Colocado em discussão e votação, é o mesmo aprovado. Item 2 — Projeto de Lei do Senado nº 279/85, que "estende aos servidores públicos civis, aposentados por tempo de serviço e por invalidez simples, o reposicionamento, de até doze referências, já deferido aos servidores em atividade". Relator Senador Marcelo Miranda, que emite parecer favorável nos termos da emenda nº 1-CCJ. Colocado em discussão e votação, é o mesmo aprovado. Item 3 — Projeto de Lei da Câmara nº 197/85, que "altera o valor do vencimento de cargos que especifica e dá outras providências". Relator Senador Jorge Kalume, que emite parecer favorável. Colocado em discussão e votação, é o mesmo aprovado. Item 4 — Projeto de Lei da Câmara nº 163/83, que "altera a redação do § 5º do art. 13 da Lei nº 5.890, de 8 de junho de 1973, elevando o valor da contribuição mínima dos profissionais liberais". Relator Senador Jorge Kalume, que emite parecer favorável. Colocado em discussão e votação, é o mesmo aprovado. Item 5 — Projeto de Lei do Senado nº 27/81, que "altera a redação do artigo 62 da vigente Consolidação das Leis do Trabalho". Relator Senador Saldanha Derzi, que emite parecer declinatorio da competência da Comissão de Finanças. Colocado em discussão e votação, é o mesmo aprovado. Item 6 — Projeto de Lei do Senado nº 104/82, que "faculta aos depositantes terem consignados em seus talões de cheques, fornecidos pelos estabelecimentos bancários, as referências que especifica e dá outras providências". Relator Senador Saldanha Derzi, que emite parecer favorável. Colocado em discussão e votação, é o mesmo aprovado. Item 7 — Pro-

jeto de Lei do Senado nº 311/85, que "altera disposições da legislação que regula o Programa de Integração Social (PIS) e o Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público (PASEP)", Relator Senador Martins Filho, que emite parecer favorável. Colocado em discussão e votação, é o mesmo aprovado. Item 8 — Projeto de Resolução nº 149/85, que "aprova o Plano de Classificação de Cargos e Empregos do Senado Federal e dispõe sobre o seu Quadro de Pessoal". Relator Senador Jorge Kalume, que emite parecer favorável na forma do substitutivo da Comissão Diretora, com a subemenda nº 1-CCJ. Colocado em discussão e votação, é o mesmo aprovado. Item 9 — Projeto de Resolução nº 150/85, que "aprova o Regulamento de Pessoal do Senado Federal, e dá outras providências". Relator Senador Jorge Kalume, que emite parecer favorável na forma do Substitutivo da Comissão Diretora e contrário a subemenda nº 1-CCJ. Colocado em discussão e votação, é o mesmo aprovado. Nada mais havendo a ser tratado, o Senhor Senador Lomanto Júnior, no exercício da Presidência, determina a mim, Luiz Fernando Lapagesse, Secretário da Comissão de Finanças, lavrar a presente Ata, a qual, lida, será assinada pela Presidência, encerrando-se a presente Reunião.

### COMISSÃO DO DISTRITO FEDERAL

9ª Reunião (Especial),  
realizada em 19 de junho de 1986

Às dezessete horas do dia dezoito de junho de mil novecentos e oitenta e seis, na sala de reuniões da Comissão, Ala Senador Alexandre Costa, Presentes os Senhores Senadores Lourival Baptista, Presidente em exercício, Nivaldo Machado, Lomanto Júnior, e, os expositores Dr. Iris Resende, Ministro da Agricultura; Dr. Leone Teixeira de Vasconcelos, Secretário de Agricultura e Produção do Distrito Federal; Dr. Flávio Couto, Diretor da EMATER-DF; Dr. Marlênio José Ferreira Oliveira, Diretor da Fundação Zoobotânica-DF; Dr. Sebastião de Castro Bichuette, Presidente da CEASA-DF; Dr. Suetônio Pacheco, Diretor-Presidente da SAB e demais autoridades, reúne-se em reunião especial à Comissão do Distrito Federal.

Havendo número regimental, o Senhor Presidente Senador Lourival Baptista, declara abertos os trabalhos, e dispensa a leitura da Ata anterior, que é dada como aprovada.

Em seguida, o Senhor Presidente, comunica aos seus pares que a presente reunião se destina ao 2º Ciclo de Debates sobre Brasília e que os expositores de hoje falarão sobre o Tema: Agricultura e Abastecimento no Distrito Federal e Região Geoeconômica. Logo após o Senhor Presidente faz a apresentação dos palestradores e os convida para fazerem parte da mesa dos trabalhos.

Prosseguindo, o Senhor Presidente, esclarece aos presentes que logo após a palestra dos expositores, é franqueada a palavra ao público para debates com as devidas autoridades presentes à mesa dos trabalhos.

Continuando, o Senhor Presidente, ao encerrar os debates, agradece aos palestradores, pelo atendimento ao convite de participação neste Ciclo de Debates, e, pela magnífica atuação de cada um na palestra, nas respostas e nas palavras de júbilo que os expositores se referiram à Comissão do Distrito Federal, e agradece também as demais autoridades presentes e ao público em geral, e pede desculpas a todos por ter que encerrar a reunião antes do previsto, devida a necessidade de todos os parlamentares presentes comparecerem ao Plenário do Senado Federal para votação urgente de nível nacional.

Antes de encerrar a reunião, o Senhor Presidente determina que as notas taquigráficas sejam publicadas em anexo a esta Ata, e que seja remetida uma cópia ao Governador do Distrito Federal, Deputado José Aparecido de Oliveira.

Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião, lavrando eu, Kleber Alcoforado Lacerda, Secretário da Comissão, a presente Ata, que lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente.

**ANEXO À ATA DA 9ª REUNIÃO DA COMISSÃO DO DISTRITO FEDERAL, REALIZADA EM 19 DE JUNHO DE 1986. REFERENTE AOS PRONUNCIAMENTOS DO SENADOR LOURIVAL BAPTISTA, PRESIDENTE EM EXERCÍCIO, NIVALDO MACHADO, LOMANTO JÚNIOR E OS EXPOSITORES: DR. IRIS RESENDE, MINISTRO DA AGRICULTURA; DR. LEONE TEIXEIRA DE VASCONCELOS, SECRETÁRIO DE AGRICULTURA E PRODUÇÃO NO DISTRITO FEDERAL; DR. FLÁVIO COUTO, DIRETOR DA EMATER — DF; DR. MARLÊNIO JOSÉ FERREIRA OLIVEIRA, DIRETOR DA FUNDAÇÃO ZOOBOTÂNICA — DF; DR. SEBASTIÃO DE CASTRO BICHUETTE, PRESIDENTE DA CEASA — DF; DR. SUETÔNIO PACHECO, DIRETOR-PRESIDENTE DA SAB E DEMAIS AUTORIDADES, FEITOS DURANTE A REUNIÃO; QUE SE PUBLICA, DEVIDAMENTE AUTORIZADO PELO SENHOR PRESIDENTE.**

Presidente: Senador Humberto Lucena  
Vice-Presidente: Senador Lourival Baptista  
(Integra do apanhamento taquigráfico da Reunião)

O SR. PRESIDENTE (Lourival Baptista) — Declaro aberta a reunião do 2º Ciclo de Debates sobre Brasília, onde teremos a satisfação de ouvir o Ministro Iris Resende, Governador de Goiás no exercício do cargo de Ministro da Agricultura, com relevantes serviços prestados a esse Estado.

Desejo convidar para tomar assento à mesa o Dr. Marlênio José Ferreira Oliveira, Diretor da Fundação Zoobotânica; Dr. Sebastião de Castro Binuette, Presidente da CEASA; e Dr. Suetônio Pacheco, Diretor-Presidente da SAB. (Pausa.)

Houve um equívoco. O Assessor me disse que o Dr. Leone não viria, sendo representado pelo Dr. Marlênio. Em vista de o Dr. Leone estar presente, convido-o a tomar assento à Mesa. Convido também o Dr. Flávio Couto, Diretor da EMATER.

Com a palavra, o ilustre Ministro Iris Resende, para falar sobre a Agricultura e Abastecimento do Distrito Federal e Região Geoeconômica.

O SR. IRIS REZENDE — Exmº Sr. Senador Lourival Baptista, DD. Vice-Presidente da Comissão do Distrito Federal, ora Presidente, Senador Martins Filho, DD. Presidente da Comissão de Agricultura do Senado, DD. Senador Lomanto Júnior, Deputados Federais Fernando Cunha, Irapuan Costa Júnior, Juarez Bernardes, Dr. Leone Teixeira, DD. Secretário da Agricultura do Distrito Federal, Senadores, Deputados, Autoridades, Debatedores, Senhores e Senhoras:

Honrado com a deferência em participar deste 2º Ciclo de Debates sobre Brasília, na qualidade de um dos expositores do tema "Agricultura e Abastecimento no Distrito Federal e Região Geoeconômica", início agradecendo a oportunidade de mais este encontro e coloco-me à disposição dos Srs. Parlamentares aqui presentes e demais participantes, no que lhes possa servir.

Agrada-me o diálogo, agradam-me as discussões, por isso estejam todos os senhores à vontade para interpellar-me, se assim entenderem necessário.

Convém salientar, a princípio, que a temática que aqui, hoje, se discutirá será enfocada, certamente, com mais propriedade, por aqueles que me seguirão como expositores, já que cada conferencista, como posso observar pelo programa, traz em si a formação específica e necessária à abordagem dos assuntos mais palpantes e que consultam aos interesses desta região.

Aqui, teremos a oportunidade de ouvir os condutores da política e da execução das atividades de produção e do abastecimento no Distrito Federal e da sua Região Geoeconômica.

Gostaria, entretanto, de chamar a atenção, embora o fazendo superficialmente, para alguns pontos que julgo susceptíveis de serem abordados nesta oportunidade.

O Distrito Federal conta com uma população rural estimada, em 1985, em 45.608 habitantes. Este contingente representa menos de 3 por cento de sua população total que naquele ano era 1.541.423 habitantes.

As atividades produtivas no setor primário teriam envolvido, em 1985, o cultivo de cerca de 55.000 ha (54.704

ha) com culturas de grãos, frutas e hortaliças, e o emprego de cerca de 214.000 ha em pastagens, florestas, café e cana-de-açúcar.

O crescimento da produção agropecuária do Distrito Federal tem possibilitado a seu setor primário condições de suprir parcelas cada vez maiores de seu consumo alimentar.

A Agricultura do Distrito Federal já fornece mais de (75%) três quartos de hortaliças consumidas pela sua população. Entre estas já se configuram substanciais excedentes exportáveis. Em outros casos observa-se que a população já é duplicada, com produção da região.

Das frutas consumidas no Distrito Federal o suprimento pela produção local já ultrapassa dos 15 por cento.

Para o fortalecimento destes pólos dois programas especiais foram propostos, cuja implantação teve decisivos efeitos no desenvolvimento regional e especialmente da região vizinha ao Distrito Federal.

Os programas foram o POLOCENTRO e o da Região Geoeconômica de Brasília.

Os recursos que, em nome destes programas, fluíram para a região tiveram grande impacto no desenvolvimento e na capitalização da agricultura regional. Eles possibilitaram o aumento da participação regional na formação da renda do setor nacional e, além de seus efeitos no desenvolvimento regional, era de se esperar, facilitaram o suprimento do Distrito Federal maior concentração populacional a se implantar na área.

O crescimento da produção de bens do setor primário na região viria reduzir os custos do abastecimento do Distrito Federal, a partir do momento em que os transportes dos bens requeridos, para este abastecimento, seriam também reduzidos.

As exigências impostas pelo desenvolvimento regional à infra-estrutura das áreas vizinhas ao Distrito Federal chamam a atenção para a necessidade de ações específicas relacionadas a esta região.

As transformações por que têm passado as comunidades vizinhas ao Distrito Federal levaram à formalização de propostas, por parte dos governos envolvidos, de ações com vistas a manter certo equilíbrio no processo de desenvolvimento regional.

Ao lado do potencial produtivo do cerrado, existem limitações que podem justificar economicamente a subutilização do potencial de recursos naturais. As vezes só se pensa no potencial, esquecendo-se as limitações. Ao não se pensar nas limitações, chega-se a propor projetos grandiosos cuja realização é dificultada por falta de informações, ou por descon sideração das que existem.

Experiências acumuladas nos anos recentes mostram que o cerrado precisa de investimentos pesados para produzir com os quais a cultura intensiva se torna mais viável. No entanto, não se sabe atualmente qual vai ser a evolução do solo sob manejo intensivo. Do lado das limitações financeiras sugem portanto problemas técnicos sobre a valorização a médio e longo prazos do capital aplicado.

Os recursos hídricos da região ainda são pouco utilizados, sabe-se ainda assim que o potencial hídrico pode se constituir uma limitação se houver expansões maciças de culturas irrigadas.

Com o crescimento da produção regional limitações de outros elementos complementares, por cento surgirão. Estocagem, transporte vicinal e de escoamento mostrarão as restrições que representam.

O conjunto de potencialidades e de limitações da região precisa ser devidamente avaliado. Com vistas a se obter as melhores alternativas de valorização dos recursos naturais da região e dos sistemas de produção. As novas medidas relacionadas ao desenvolvimento da região deverão também levar em conta a orientação social que a atual administração federal procura imprimir as decisões governamentais adotadas. A sobrevivência e o desenvolvimento da pequena agricultura no cerrado, por exemplo, têm que ser componente explícito das medidas relacionadas com o setor primário da região.

A produção de leite do entorno destina-se ao mercado local. Sua maior parcela é absorvida pelas Cooperativas Go-gó e Itambé. Estas beneficiam o leite e o encaminham ao consumo em Brasília.

A produção de grãos (arroz, feijão, milho e soja) que em 1970 ocupava no entorno, a área de cerca de 121.000 hectares e produzia 113.153 toneladas passou a ocupar, em 84, 260.000 ha e alcançou as 332 mil toneladas.

Na combinação das explorações que compõe a atividade do setor primário do entorno observa-se a redução. Em 1975 o arroz era responsável por 34,1% do valor global da produção. Em 1982 sua participação teria caído para 33,2% em 1983, para 25,4% e em 1984, para 11,7%.

Enquanto a importância do arroz na formação da renda agrícola do entorno era reduzida, a posição da soja melhorava. A soja em 1984 já se constituía na principal componente da renda agrícola do entorno (37,2%). A produção de soja em 1984 (111.050 toneladas) foi 1.820% maior que a de 1980. Neste período a produção da leguminosa cresceu mais que sua área colhida. Houve, portanto, ganho de produtividade.

Dentro da região geoeconômica de Brasília, administrações locais dos municípios limítrofes do Distrito Federal as administrações estaduais, de Goiás e Minas Gerais — e as autoridades do Distrito Federal passaram a dar mais atenção aos problemas do entorno de Brasília.

O desempenho econômico dos municípios do entorno de Brasília é uma consequência da presença da capital na área. Este desempenho também é importante para que o custo de vida na capital não seja onerado pelas grandes distâncias das quais seu suprimento será transportado se suas áreas vizinhas não se desincumbirem da tarefa que lhes é natural.

As relações econômicas entre o Distrito Federal e seu entorno e suas prováveis transformações no futuro dependem, em boa parte, do que pode vir acontecer com a região abrangente do entorno, ou seja, a própria região geoeconômica de Brasília.

Por exemplo, com o cumprimento das atuais metas de asfaltamento e de novos acessos rodoviários na região goiana da geoeconômica, novos eixos viários poderão reorientar os fluxos de comércio com o Distrito Federal.

O asfaltamento já iniciado dos trechos Brazlândia-Padre Bernardo-Barro Alto, abre ao Distrito Federal a rica região produtora do Vale de São Patrício, enquanto o asfaltamento de pequenos trechos entre a BR 070 e as sedes municipais de Pirenópolis e Corumbá de Goiás, conduzirão possivelmente a um fluxo comercial maior entre essa região e Taguatinga. Finalmente, o asfaltamento, já bastante adiantado, no longo trecho entre Planaltina de Goiás-Alto Paraíso-Campos Belos desbloqueia virtualmente o mercado do Distrito Federal ao Vale do Paraná e ao Nordeste goiano que ainda são regiões de fronteira em processo de assentamento.

Venho observando o melhor desempenho da região geoeconômica e posso testemunhar a melhor posição de Brasília, pelo efetivo relacionamento econômico com seu entorno. Isto é gratificante, porque da Capital Federal não devem emanar apenas normas, mas, sobretudo, exemplos de desenvolvimento econômico-social.

O Sistema Viário do Distrito Federal é incremento das ligações goianas para suprimento da região geoeconômica, para os que tive, como Governador, a oportunidade de colaborar e por certo, já estão a render os merecidos frutos.

Deste ponto de vista, o Distrito Federal poderá, a médio prazo, nuclear economicamente uma região bem superior aos limites do seu entorno.

Congratulo-me com o Senador Humberto Lucena, Presidente da Comissão do Distrito Federal, do Senado, pela iniciativa de promover este ciclo de debates.

Age Sua Excelência, como também agem os demais membros da Comissão organizadora deste evento, como líderes representantes da Sociedade Brasileira, pois que, nas esferas de suas atribuições, têm buscado imprimir à Comissão o sangue novo e o dinamismo, tão próprios daqueles que desejam o bem-estar desta importante região.

Muito obrigado. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Lourival Baptista) — Concedo a palavra ao Dr. Leone Teixeira de Vasconcelos, Secretário de Agricultura e Produção do Distrito Federal.

O SR. LEONE TEIXEIRA DE VASCONCELOS — Sr. Senador Lourival Baptista, Vice-Presidente da Comissão do Distrito Federal, Sr. Ministro Iris Rezende, eminente Ministro da Agricultura, Srs. Senadores Lomanto Júnior, Martins Filho, Srs. Deputados Federais, Juarez Bernardes, Irapuan Costa Júnior, Fernando Cunha:

Não vamos fazer propriamente uma conferência, vamos dar algumas informações aos Senhores com relação

ao Trabalho da Secretaria de Agricultura e Produção no Distrito Federal. Vamos transmitir algumas impressões que colhemos ao assumirmos a Secretaria da Agricultura, o quadro que encontramos e a imensa responsabilidade da Nova República nesta área.

V. Exs sabem que o Distrito Federal importa 97% da laranja que consome. Temos uma produção de feijão que mal dá, provavelmente, para dois meses de consumo. Temos uma produção de arroz que também mal dá para um mês de consumo, somos auto-suficientes na soja, somos auto-suficientes no milho, no que diz respeito ao consumo humano e em hortigranjeiros produzimos cerca de 70% do que consumimos. Ao chegarmos, encontramos esse quadro, que precisava, evidentemente, ser revertido. E de que forma se poderia iniciar esse processo de reversão? Em primeiro lugar estimulando a produção de alimentos básicos, desses que mais faltam nas nossas prateleiras. Com isto mantivemos um contato com o Banco de Brasília e as operações de custeio para plantio de soja passaram a ficar condicionadas a um percentual para o plantio de alimentos básicos. V. Exs sabem que durante 20 anos estivemos praticando uma monocultura de soja, de café, de cacau e de laranja. Essa monocultura levou-nos à situação que hoje estamos vivendo e que é, na realidade, um pesadelo não só para o Ministro da Agricultura, como para todos nós, a importação indispensável de leite, de carne, de arroz e de feijão.

A Secretaria de Agricultura do Distrito Federal, partindo desse quadro, fixou alguns objetivos, em primeiro lugar: despertar a área rural para esta produção, mobilizando as comunidades através de um processo associativista. Com isto engajamos as empresas vinculadas particularmente à EMATER, para que nessa Região, as lideranças comunitárias encarassem essa necessidade, essa política como participes, na mesma responsabilidade dos homens de Governo. Com isto, já temos hoje no Distrito Federal cerca de 19 associações de produtores organizadas e registradas.

Partimos para uma visita intitulada Secretaria de Agricultura Itinerante a estas áreas, durante a qual nós ouvíamos desses produtores as suas reclamações, tanto na área de transporte, como de saúde, como de educação e de comunicação. Acharmos que para fixar o homem ao campo é indispensável que se leve a esse homem a mesma situação de conforto e de atendimento que o homem urbano possui, porque, senão, jamais iremos fixá-lo lá no campo. Ele precisa ter a oportunidade de ter a sua televisão, ter um transporte acessível, ter um serviço de saúde atuante que o atenda, é preciso que o médico seja interiorizado, se volte para essa realidade rural, é preciso que a educação no campo seja melhorada, seja ampliada em séries, é preciso que a comunicação, a telefonia rural — que não existe ou que existe modestamente — seja expandida no campo. Nesse sentido, já há uma política do Governo do Distrito Federal, visando a instalação de dois mil telefones rurais, já em processo adiantado de negociação com a Telebrasil.

A eletrificação rural era outro problema fundamental que colhemos nessa visita que fazíamos às áreas rurais. Levantadas essas questões todas do campo, partimos para o tabulamento dessas questões, a análise delas e nos integramos com as demais Secretarias do Governo do Distrito Federal, a Secretaria de Educação e Serviço Público, a Secretaria de Saúde e dentro desta integração várias dessas reivindicações já foram, hoje, atendidas. Ainda recentemente, quando visitamos um núcleo rural de Tabatinga, tivemos o prazer de ouvir do Presidente da Associação daquele núcleo que cerca de 65% das suas reivindicações estavam plenamente atendidas. Há hoje uma mobilização completa da área rural em torno da produção de alimentos básicos. Qual foi o resultado desta mobilização? Em primeiro lugar, tivemos do ano passado, da safra de 84 para 85, para safra de 85 para 86 um aumento considerável da área plantada.

Iniciamos um processo de colocação de tratores em comodato, para atender aos pequenos produtores; estabelecemos uma política prioritária de atendimento aos pequenos e médios produtores, não por uma discriminação mas, porque o grande produtor já tem a sua infraestrutura, os seus recursos próprios e pode caminhar com as suas próprias pernas.

Com isso nós passamos a dar um atendimento imediato aos pequenos e médios produtores. Esses tratores colocados em comodato com as associações, já estão pres-

tando imensos serviços à agricultura do Distrito Federal. Os produtores pagam apenas o óleo e o combustível e cuidam da manutenção do trator. E os produtores que têm essa incumbência aram a terra e gradeiam, de graça, para aqueles produtores que não têm um couro para cair morto, os mais carentes.

Isso vem realmente estimulando a participação desses produtores e o aumento da produção.

Na produção de milho tivemos um incremento, para que os Srs. tenham uma idéia, da última safra para a penúltima, da ordem de 145% da produção de soja também. Tivemos com essa estiagem, que alcançou praticamente todo o país, uma quebra de safra, mas, essa quebra ainda ficou aquém, muito aquém do aumento da produção. Houve portanto, um resultado positivo nesse particular.

A Secretaria de Agricultura, dentro desse espírito associativista a que me referi, está dando essa responsabilidade aos produtores, hoje já iniciamos um processo de entrega da administração dos núcleos rurais às associações desses produtores, que estão dirigindo os núcleos com plena autoridade, vêm à Fundação Zoobotânica, despacham com o diretor, trazem os seus problemas e vêm a mim quando é necessário.

Está, portanto, montado um esquema que estamos testando no Distrito Federal, com uma boa receptividade de toda a categoria de produtores.

É preciso notar que o Distrito Federal, a nível de agricultura, encaramos que ele tem uma responsabilidade dupla. Em primeiro lugar, ele tem que praticar aqui uma agricultura de ponta que propicie a sua auto-suficiência nos diversos alimentos básicos: em segundo lugar, o Distrito Federal, deve se converter numa área modelo, como teve oportunidade de dizer ao Ministro Iris Rezende na última audiência que mantivemos, e a ele pedi o apoio para que essa missão didático-pedagógica do Distrito Federal, a nível de agricultura, fosse consolidada com o apoio do Ministério da Agricultura.

Já desenvolvemos um programa de saúde animal, hoje em cooperação com o Ministério da Agricultura, através de um convênio que firmamos com a Delegacia Federal da Agricultura, cujos resultados já extrapolaram as fronteiras do Distrito Federal. O próprio Ministério transmitiu esse programa através de telex a quase todos os Estados, comunicando o processo de trabalho desse programa, o atendimento que se fazia na área de vacinação contra a aftosa, contra o botulismo, contra a raiva e contra outras doenças infecciosas no rebanho bovino. Até ontem já tínhamos vacinado cerca de quase 70 mil cabeças e vamos reiniciar a vacinação. O programa está realmente atendendo as necessidades da bovinocultura.

O problema do Distrito Federal na produção de leite e de outros alimentos têm implicações mais profundas, urge que se estabeleça uma política de recuperação do cerrado, principalmente das pastagens, temos essas pastagens que foram formadas de braquiárias e de outros capins sem qualquer manutenção, sem qualquer conservação. É preciso que elas sejam recuperadas através de novas galagens, através de novas fosfatizações. Somente, assim, através da melhoria desse rebanho é que nós poderíamos aumentar não só a produção como a produção de carne.

O Distrito Federal recebe de Goiás, Minas e de outros centros um suprimento importante para o seu abastecimento.

De fato, quando o Ministro disse que essa região do entorno e a geoeconômica se não tivessem, durante esse período que passou, se compenetrado da sua responsabilidade, na área de abastecimento, na área de comercialização, se não tivesse expandido a sua fronteira agrícola talvez hoje estivéssemos quase insulados e talvez até em colapso em nosso processo de abastecimento.

A posição de Goiás, nesse particular, é fundamental. Daí a razão que entendemos é que não se pode praticar uma política agrícola no Distrito Federal, nem agrícola, nem de saúde, nem de segurança, nenhuma política que não seja numa perfeita intimidade com o Governo do Estado de Goiás.

Há poucos meses, em Luziânia foi assinado um protocolo de cooperação técnica entre os dois Estados, Goiás e o Distrito Federal. Esse protocolo abre uma perspectiva que precisa ser consolidada, concretizada com a maior urgência. É preciso que ele passe da letra para a

ação imediatamente, porque a região do Entorno e a Geoeconômica estão carentes dessa integração.

Recentemente, quando visitávamos uma comunidade rural, no Vão dos Angicos, denominada lehôro, tivemos oportunidade de manter ali contacto com cerca de 25 produtores de leite, que estavam reclamando estradas vicinais, estavam reclamando a possibilidade de escoar essa produção, de saúde, de assistência técnica. E há um problema delicado, porque eles estão praticamente debruçados em cima do Distrito Federal, às vezes até as suas pastagens iniciam em Goiás e terminam no Distrito Federal, e vice-versa, e não estão tendo, não só do Distrito Federal como de Goiás, talvez, uma assistência maior, mais permanente para facilitar essa produção.

De forma que, quanto a esse trabalho pretendemos procurar o Secretário da Agricultura do Estado de Goiás, dentro desse protocolo a que me referi, para viabilizar, de uma forma prática e imediata, uma cooperação dos dois Governos.

No que diz respeito à vocação do Distrito Federal de exportar know-how didático, pedagógico. Temos que nos lembrar que aqui dentro do Distrito Federal existem órgãos da maior importância como a EMBRAPA, como o Centro Nacional de Pesquisa de Hortaliças, como o Centro de Pesquisas do Cerrado, como o CENARGEM, como a EMBRATER, que já desenvolvem pesquisas e que já praticam tecnologias das mais avançadas. Tudo isso constitui um know-how imenso, que deve ser mobilizado de forma integrada com o Governo do Distrito Federal, para que aqui se pratique essa agricultura a que me referi.

Quando iniciamos a implantação do combinado agroubano do Distrito Federal, após procurarmos áreas disponíveis e termos as maiores dificuldades em encontrá-las já tínhamos em mente alguns objetivos: em primeiro lugar, o Distrito Federal tem hoje 200 mil desempregados e os subempregados chegam a 200 mil. A pressão que hoje se sofre aqui é da ordem de 70 mil desempregados, daí a grande importância da agricultura, que pode gerar uma proporção de 7 empregos por um ou por dois a nível de indústrias. O combinado agroubano que está sendo implantado tem um objetivo e teve a oportunidade de colocar o Sr. Ministro a par destes objetivos. Primeiro, gerar empregos, produzir alimentos básicos, tornar o Distrito Federal auto-suficiente em hortigranjeiros, e iniciar um processo de auto-suficiência na fruticultura, produzindo cerca de 60% deste produto. Essa estrutura está sendo implantada com o apoio da própria Universidade de Brasília, e por que não dizer, com o apoio do próprio Ministério, através do termo de cooperação técnica celebrado com o Ministério. Estamos implantando isso e procurando engajar estudantes nesse trabalho com o objetivo único de que ela, amanhã, venha a servir não de exemplo para que outros Estados a imitem, porque cada Estado tem a sua peculiaridade, tem as suas características e as suas necessidades, mas para que ela sirva como uma estrutura agrária que venha a ser acompanhada em todo o seu processo, desde a parte educativa da criança, a alimentação, a nutrição desta criança, desde o processo da assistência técnica constante, o processo de estímulo ao sociativismo agrupado nestas agrovilas.

Devo dizer aos Srs. que temos, no Distrito Federal e em todos os núcleos, agrovilas já construídas e que já encontramos o sistema implantado pelo Distrito Federal. O que temos feito? Apoiado esse sistema que já encontramos, mantidos esses núcleos em pleno funcionamento. O combinado agro-urbano é mais uma opção que o Distrito Federal tem a nível de agricultura, a nível de didática, de pedagogia agrária. Mas é preciso que se diga que o assentamento nesta área está sendo feito dentro dos maiores rigores, estamos convergindo esse assentamento para as populações efetivamente de baixa renda. Fizemos publicar um edital, através do qual alinhavamos uma série de condições, posso citar algumas para que os Srs. tenham uma idéia, primeiro: idade mínima de 19 e máxima de 60 anos; unidade familiar estruturada; vocação agrícola comprovada; não ser proprietário de imóvel no Distrito Federal nos últimos dois anos e nem atualmente; não ser funcionário público, nem civil, nem militar. Essas são as condições básicas que estão sendo seguidas, com maior rigor, porque nós entendemos que o "calcanhar de Aquiles" de qualquer assentamento está na seleção, está no critério de seleção deste homem que

vai receber a terra. Nós vamos continuar praticando a política de arrendamento, ingressando agora na política de concessão de uso, que nós achamos que é fundamental. O Distrito Federal já tem o sistema de arrendamento, que vem praticando com pleno êxito. As terras daqui são terras públicas, as que foram desapropriadas, e têm uma função social a cumprir. Essa função precisa ser preservada através de uma política do maior rigor, da maior seriedade. É nesse caminho, é nessa trilha que nós estamos procurando seguir, ajustando à essa política os demais órgãos que compõem a Secretaria de Agricultura, não só a EMATER que está passando por uma total reformulação nos seus hábitos. Daquela assistência técnica tradicional, ela partiu para uma ação muito mais complexa. Ela hoje é responsável pela parte de irrigação. Também estamos desenvolvendo um programa de irrigação, fizemos uma comissão de irrigação que hoje disciplina o uso da água. Realizamos um convênio com o Ministério do Interior, através do qual, pela primeira vez no País, foram delegados a um governo estadual poderes para disciplinar o uso da água. Isso já está sendo aplicado no Distrito Federal. As próprias associações formam o seu condomínio de utilização dos canais de irrigação, capinam esses canais e os mantêm em perfeito funcionamento dentro de uma participação efetiva. Tudo isso está sendo realizado pelo Governo do Distrito Federal, com o propósito de ajustar a agricultura aos novos tempos que estamos vivendo. As perspectivas do cerrado, como disse muito bem o Ministro, são imensas, são perspectivas que exigem do Governo realmente grandes investimentos, mas nós temos de caminhar nesse rumo. Se nós tivéssemos condições de irrigar 5 milhões dos 10 milhões de hectares de cerrado disponíveis para irrigação, nós abasteceríamos o País inteiro e teríamos excedentes para exportação. Temos, portanto, uma reserva extraordinária de cerrado e de outras áreas para aproveitar. Dentro do Distrito Federal, esse aproveitamento do cerrado está se fazendo intensivamente, com base numa tecnologia já em prática, já utilizada. A parte de saúde também já melhoramos.

O problema de abastecimento está sendo conduzido em perfeita sintonia com o Conselho Interministerial de Abastecimento, com quem eu mantenho freqüentes contatos, Dr. João Bosco Ribeiro. Há, portanto, um propósito único de integração total, de somatório para que, juntos, tanto o Governo do Distrito Federal, como essas outras áreas federais se integrem e caminhem passo a passo.

Essas informações rápidas, ligeiras é que eu queria trazer ao conhecimento de V. Ex<sup>as</sup>, agradecer a honra do convite do eminente Senador Humberto Lucena, Presidente desta Comissão, e me colocar à disposição para qualquer questionamento. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Lourival Baptista) — Antes de darmos a palavra ao Dr. Flávio Couto, Malênio José Ferreira de Oliveira e Sr. Antônio Pacheco, em vista do Sr. Ministro Iris Rezende ter compromissos a cumprir ainda na noite de hoje, iremos abrir os debates. Com a palavra, em primeiro lugar, os parlamentares que aqui estão e desejam fazer alguma pergunta ao Sr. Ministro, e, depois, ao Dr. Leonil Rezende. Logo após, os que se encontram presentes a esta reunião também poderão fazer perguntas.

Com a palavra o nobre Deputado Fernando Cunha.

O SR. FERNANDO CUNHA — Sr. Presidente, eu sou pioneiro nesta luta em torno de região geoeconômica de Brasília região do entorno de Brasília, a integração Brasília e sua região. Fui, por várias vezes, Presidente da Comissão do Centro-Oeste na Câmara dos Deputados, quando ela existia. Naquela época, desenvolvemos um trabalho muito grande no sentido de que a região geoeconômica de Brasília se tornasse uma realidade em termos de implementação de trabalho, e não fosse apenas algo no papel, algo estabelecido num decreto presidencial e que realmente não funcionava. Portanto, é com a maior satisfação que nós vemos, agora na Nova República, através do Governo, através da administração do Ministro Iris Rezende, através da administração do Governador José Aparecido, através da administração do Secretário Leone Teixeira, vemos a integração de Brasília com seu entorno, com sua região geoeconômica. Eu acho que o Dr. Leone disse muito bem, quando ele afirmou que não é possível pensar Brasília isolada da sua região. Não

há como pensar a região geoeconômica isolada de Brasília. Na verdade se nós formos aos hospitais de Brasília, verificamos que a metade das pessoas que estão nos hospitais de Brasília são pessoas vindas de Goiás. Por outro lado, se nós formos procurar quase tudo aquilo que abastece Brasília vemos que é proveniente de Goiás. Uma verdadeira integração e interação de interesses. Dessa forma, vejo, da melhor maneira possível, como antigo parlamentar, batalhador dessa questão, a participação hoje do Ministério, do Governo de Brasília, da Secretaria de Agricultura, e — eu não queria, neste momento, questionar, porque acho que a exposição do Ministro foi muito boa, magnífica, ela colocou muito bem a situação e da mesma forma, o Dr. Leone Teixeira colocou as coisas bem objetivamente. Eu queria apenas, me congratular, congratular com ambos, congratular com os atuais Governadores de Brasília e do Estado de Goiás, porque realmente há, hoje, dentro do Governo, do Novo Governo da Nova República, um espírito voltado para essa integração, para que os Órgãos de Governo não sejam mais compartimentos estanques, cada um cuidando de fazer a sua coisa e sem nenhuma integração entre eles.

Hoje, vemos que o Ministério da Agricultura, a Secretaria de Agricultura, os órgãos técnicos como a EMATER, EMBRATER, EMBRAPA, etc, todos eles estão se comunicando, como vasos comunicantes, integrados numa só política, que tem que ser realmente a política agrícola do Governo. De modo que fica aqui o meu cumprimento pessoal, talvez o cumprimento da Bancada de Goiás ao nosso Ministro, ao nosso Secretário e à Comissão que elaborou esse Seminário tão importante para a vida de Brasília e de seu entorno. Muito obrigado. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Lourival Baptista) — Mais algum Parlamentar deseja usar da palavra?

O SR. DOMINGOS POUZIR — Peço a palavra, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Lourival Baptista) — O senhor se identifique por favor.

O SR. DOMINGOS POUZIR (Presidente da Associação Agropecuária de Taguatinga e Administrador da Comunidade) — Primeiramente, eu gostaria de parabenizar o nosso Secretário pela abertura que ele deu a nossa comunidade. Eu vivo em Taguatinga faz onze anos, sou o quarto mais velho da comunidade. Essa abertura possibilitou realmente conseguir muitos itens em nossa comunidade, quanto ao volume, vamos dizer, de itens, mas não quanto ao volume de recursos. Nós, atualmente, nós queremos lutar para criar uma infra-estrutura agroindustrial ao redor de Taguatinga. Mas, para isso, nós sabemos que a própria Secretaria de Agricultura não tem esses recursos. Então, gostaríamos de fazer algumas perguntas ao Sr. Ministro: o que o Sr. Ministro poderia, vamos dizer, apresentar de concreto para fortalecer os próprios núcleos, no sentido de tornar viável uma agroindústria ao redor de todos esses núcleos, como pequenos abatedouros, silos, armazéns, defumador, artesanato e etc. Primeira coisa. Porque nós achamos que o Distrito Federal — isso é para os Deputados e Senadores — que o Distrito Federal não tem uma proposta orçamentária digna para o seu próprio desenvolvimento na área da agricultura. No sentido de fixar o homem ao campo, uma outra pergunta: nós conhecemos o entorno — é uma pergunta meio pesada, eu sei que é difícil, não podemos tocar, mas eu acho bom ser dialogado para procurar fixar o homem ao campo — temos ao redor do Distrito Federal 120 mil hectares de terra de primeira qualidade que pertencem ao Exército. São terras realmente que quase não precisam de adubos. Mas, não queremos tirar a área do Exército, pelo contrário, gostaríamos que tivesse uns 300 mil hectares, mas não as terras de primeira qualidade. Há terras como, por exemplo, as de Mato Seco, em que há morros à vontade, onde o Exército pode se exercitar. Mas que dessem esses 120 mil hectares de terra para colocar dez mil famílias à razão de 12 hectares por família. Seria realmente extraordinário porque acho que a segurança do País é o trabalho, é o pão de cada dia de seus filhos.

A terceira pergunta é dirigida aos políticos: sentimos nesses dias que políticos, vamos dizer, candidatos a políticos são meio demagogos, procuram desfazer o que Jus-

celino fez destruindo o cinturão verde, colocando como bandeira a legalização, a privatização das terras. E, se for efetivado, há realmente um grande perigo para o Distrito Federal de um dia acabarmos todos por comer soja. Eu, por exemplo, sou produtor e se for legalizado vou vender a minha terra, fazer um bom dinheiro e viver de minhas rendas. É possível um bom empresário me oferecer uma quantia, vamos dizer, fabulosa, e seria o primeiro a vendê-la.

#### São as três perguntas.

O SR. IRIS REZENDE — Perfeitamente. Considero oportuna a interferência quando questiona o Ministério da Agricultura a respeito de recursos para a agroindústria, armazenagem, enfim, uma infra-estrutura que atenda esses núcleos e, porque não dizer, que atenda aos pequenos produtores ligados a associações, núcleos ou mesmo isoladamente.

Temos que salientar que até a safra próxima passada não se cogitava em estabelecer o montante de recursos, nem definir esses recursos destinados ao setor da produção de alimentos no País. Conseguimos, no decorrer desses 4 meses que nos encontramos à frente do Ministério, atendendo determinação do Senhor Presidente da República José Sarney, um trabalho conjunto com a Secretaria de Planejamento, com os Ministérios da Fazenda, do Interior e da Indústria e do Comércio, estabelecer uma política de crédito já a vigor no presente ano agrícola que se deu início no corrente mês. Destacamos em torno de 90 bilhões para custeio, para investimento e custeio agrícola dos quais 20 bilhões para investimentos entre os quais 2 bilhões já foram colocados à disposição dos produtores a partir do dia 10 do corrente mês. Acredito que esse volume não é ainda o suficiente para a grande arrancada que nós preparamos no setor da produção de alimentos, mas já representa algo de 3 vezes superior ao que se aplicou no ano anterior. No ano passado, apenas em torno de 6 bilhões de cruzados foram destinados. Mas no momento, com relação a esses recursos não se estabeleceu apenas uma importância, estabeleceu-se também a fonte, o que representa uma garantia para o setor da produção. No mesmo trabalho deu-se continuidade, estudando todas as possibilidades de recursos, quer por parte do BNDES, por parte do Banco do Brasil e mesmo recursos orçamentários e há possibilidade até de créditos especiais para que se coloque à disposição dos produtores, das entidades e até empresas particulares recursos suficientes, também, para a agroindústria e armazenagem que representa um ponto essencial nesse setor. O Centro-Oeste tem primado principalmente em produzir matérias-primas que são industrializadas em outros Estados, trazendo despesa de transporte para o escoamento desses produtos até os centros industriais e, posteriormente, a volta desses produtos aos centros consumidores do Centro-Oeste quando Brasília já se destaca como o mais importante deles.

Com relação ao segundo item: Terras de propriedade do Exército, no Município de Formosa, essas terras foram desapropriadas a fim de que ali se implante um projeto que confesso não ter um conhecimento pessoal, detalhado a seu respeito, mas sei que tem objetivo, que não compete discutir a sua fundamentação. Mas, ainda nos situamos numa região onde temos uma densidade demográfica muito pequena e, conseqüentemente, diante do respeitável projeto do Governo do Presidente José Sarney, de Reforma Agrária, a terra não seria tão problemática. Acreditamos que o Projeto da Reforma Agrária trará uma solução a esta angústia que invade milhares e milhares de brasileiros à procura de um pedaço de terra onde possa produzir o suficiente para o sustento de sua família, inclusive para obter um nível de vida mais adequado. A terra, como bem disse o Dr. Leon e Teixeira, não é tudo. É necessário que se formule projetos, recursos, assistência técnica, social educacional, serviço de transportes para que estejam a disposição dos produtores afim que não haja fracassos. Tudo isso faz parte da preocupação do Governo na implantação do Projeto de Reforma Agrária.

O terceiro item foi quanto à produção de produtos considerados básicos. A especial e constante atenção do Governo na implantação de uma política agrícola que ofereça prioridades à produção de produtos básicos, tanto que já para a próxima safra, não apenas os pequenos produtores, terão 100% dos recursos para o custeio, mas

terão também, os médios e grandes produtores que se dedicarem ao cultivo do feijão, do arroz, do milho e da mandioca. Como, ao mesmo tempo, a prioridade para a concessão de recursos para este setor. Não queremos impedir, nem dificultar a produção de produtos agrícolas exportáveis, embora a soja hoje se constitua praticamente num produto também básico para o consumo interno. Não queremos dificultar, queremos fazer com que o Brasil se Deus quiser — aproveitando a motivação, a boa vontade da área, do setor agrícola deste País, já na próxima safra, seja um país auto-suficiente na produção de alimentos básicos e ainda com excedente para a formação do seu estoque, para que não fiquemos sujeitos, quando frustrações ocasionais, à socorrer à importação desses produtos. Posso adiantar ao ilustre interlocutor que o Ministério da Agricultura estará sempre aberto para essas observações, para as idéias, porque ainda no próximo mês de julho estaremos reunindo as lideranças, os produtores, os trabalhadores rurais, todas as entidades direta ou indiretamente comprometidas com a produção de alimentos deste País, para que, aqui em Brasília, se discuta uma proposta que é motivo de estudos em todos os Estados e Territórios de uma política agrícola, definitiva, neste País, que ofereça, realmente, tranquilidade àqueles que, com a implantação de uma política de estabilização monetária, se vêem atraídos para o setor da produção de alimentos.

O SR. PRESIDENTE (Lourival Baptista) — Com a palavra o Sr. Francisco José de Carvalho Sobrinho.

O SR. FRANCISCO JOSÉ DE CARVALHO SOBRINHO — Sou Francisco José de Carvalho Sobrinho, Presidente da Cooperativa de Eletrificação Rural de Brasília.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, Srs. Deputados:

Em primeiro lugar, sinto-me até emocionado demais por saber que, hoje, nós temos uma abertura para que agricultores pequenos como eu, tenham acesso a esta grande Casa. É uma comissão que, antes, o agricultor não tenha acesso de reivindicar diretamente, apenas tinha o direito de trazer por escrito o que ele queria — às vezes, alguém respondia; às vezes, ninguém respondia.

Sr. Presidente, como Presidente da Cooperativa de Eletrificação Rural de Brasília, tenho um apelo a fazer a V. Exª e a V. Exª, Sr. Ministro da Agricultura e o Sr. Ministro das Minas e Energia que, aqui, não está presente e, também, aos Srs. Ministros da área econômica, que intercedessem junto aos órgãos do Distrito Federal mas, o quanto antes possível, porque, nesse momento, eu tenho, aproximadamente, 500 propriedades, rurais do Distrito Federal barradas para não ser eletrificada. Quando o processo sai da TERRACAP, vai para a CAESB; quando sai da CAESB, vai para a Secretaria de Viação e Obras Públicas.

Sr. Ministro, Srs. Senadores, Srs. Deputados e meus amigos, eu acho um absurdo que, quando eu corri, Sr. Ministro e, outro dia, estive com o Sr. Secretário-Geral, Dr. Lázaro Barbosa a quem eu prezo e é meu amigo particular, disse que levasse ao conhecimento do Sr. Ministro porque o que está acontecendo em Brasília, pela primeira eleição do Distrito Federal é calamitoso, de pessoas a percorrerem o Distrito Federal, fazendo barganha e que, se alguém ali, fizer um compromisso de votar num candidato "x", será atendido imediatamente na lista pela TERRACAP, para liberar a eletrificação rural, Sr. Presidente. Portanto, é uma denúncia que faço em público, Sr. Ministro, e, aqui, está uma pessoa que tem os documentos de suas terras no Distrito Federal com clandestinos, fraudulentos e pessoas que têm área ilegal. Então, é um apelo, Sr. Presidente, que venho, em nome desses agricultores pequenos, porque o que vou pedir, Sr. Ministro, eu já tenho mas, infeliz do brasileiro ou do cidadão, do ser humano que, quando pede, pede só para si porque a minha chácara já tem água, tem telefone, tem escritura, graças ao meu bom Deus, expedida pelo INCRA, porque chama-se título verdadeiro que é o que o INCRA espera. Portanto, Sr. Ministro, se V. Exª puder ajudar esses agricultores, essas famílias sacrificadas que, hoje, vivem no Distrito Federal, tenho certeza que o nome de V. Exª ficará na história que, ao invés de alguém ficar com certas terras mendigando que alguém vive barrando em uns e outros, fazendo barganha, que o Ministro da Agricultura e S. Exª, o Sr. Ministro da Re-

forma e Desenvolvimento Agrário, intercedessem e verificassem o que está acontecendo o quanto antes possível, que não se deixasse para as vésperas das eleições, as barganhas para serem eletrificadas essas propriedades porque a COER, Cooperativa de Eletrificação Rural da qual sou Presidente, tenho orgulho de dizer, Sr. Ministro, estão, hoje, em segundo lugar no País — em primeiro, está o Rio Grande do Sul, em segundo está o nosso Estado. Tenho certeza, Sr. Ministro, que nós, aqui, nas barbas do Governo Federal, com esses ilustres Senadores e Deputados que, hoje, ficaram sabendo e se quiserem por escrito, nós temos certeza de que essa Cooperativa será em primeiríssimo lugar do País, mas precisa ver de perto o que está acontecendo, porque boa vontade a Companhia de Eletricidade de Brasília, CEB — não estou sendo procurador para falar por ela mas sou procurador para falar da Cooperativa — estão de boa vontade em atender e de mandar desengavetar esses processos que estão na TERRACAP e na Secretaria de Viação e Obras Públicas porque, desculpem a expressão — é uma vergonha o que está acontecendo porque tem o agricultor que, hoje, chora, pedindo a eletrificação rural.

Portanto, Sr. Ministro, quando V. Exª diz que é verdade, que a terra não é tudo, é verdade, Sr. Ministro. Para se fazer reforma agrária e serem distribuídas as terras para os pequenos e médios produtores tem que se pensar nas condições de vida; ali há recursos para que sejam mantidas suas propriedades, financeira e socialmente.

Quanto à telefonia rural, tenho pessoas a quem interessa fazer a telefonia rural; inclusive, o nosso estatuto reza a campanha para a telefonia rural, assunto que tratei numa audiência com o Sr. Ministro Antônio Carlos Magalhães; ele disse que ia fazer tudo. Mas ali ele recebeu o comunicado de alguém, que nessa telefonia rural não são todos os ruralistas que devem ter telefone, porque não se deve fazer área de lazer. Mas, Sr. Ministro, Srs. Senadores, acredito que enquanto os Srs. Parlamentares, os Srs. Senadores, em geral, Ministros da área econômica, e todos os Ministros do nosso Governo pensarem que o ruralista não tem área de terra senão para fazer área de lazer, não vão se conscientizar de que se o agricultor tiver água, telefone, luz e seu transporte, vamos acabar com a miséria deste País e assim pagarmos as dívidas externas. O povo, no lugar de ir para a Ceilândia receber um barraco para ir morar e precisar de que lhe arranjem um emprego, ele vai para área rural, Sr. Ministro; ali ele produz pelo menos uma abóbora, Sr. Ministro! Conheço um cidadão, que está aqui atrás de mim, ele me disse que quando comprou uma chácara pequena, ele não comprou para fazer área de lazer e, sim, para manutenção de sua própria família. Se todos correrem para a cidade para pedir emprego, o Governo tem que se preocupar com o emprego e a casa para essa gente morar. Então, se lhes derem um pedaço de terra ali e condições, tenho certeza que a miséria deste País deixará de existir.

Portanto, Sr. Ministro, é um apelo que faço a V. Exª, que veja o que está acontecendo dentro do Distrito Federal. Isso peço, de coração em nome dos agricultores. E, como Presidente da Cooperativa de Eletrificação Rural, tenho certeza que V. Exª, Senador, Presidente desta Casa, vai ver o que está acontecendo, para evitar que haja política, que a troca de barganha para atender a "A" ou "B", se vote em Sicrano. O voto é liberal, é secreto; o povo vai votar em quem quer, porque precisamos é de eleger oito deputados e três senadores em Brasília.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Palmas.)

O SR. IRIS REZENDE — Nos últimos anos a eletrificação rural, de um modo geral, foi um tanto desativada. Tanto é que há trinta dias encaminhamos ao Presidente José Sarney uma exposição de motivos através da qual solicitamos recursos na ordem de 350 milhões de cruzados já para, como contrapartida de um empréstimo junto ao Banco Mundial, desenvolver o projeto de eletrificação rural em todo o País, propiciando com isso meios para que reduza o êxodo rural que experimentamos com muita intensidade.

Gostaria de pedir permissão ao Dr. Leone Teixeira para autorizar o Francisco, como Presidente da Cooperativa de Eletrificação Rural, entregar ao nosso Secretário da Agricultura do Distrito Federal essa reivindicação, a fim de que o Ministério da Agricultura, através

do seu Grupo de Eletrificação Rural e a Secretaria de Agricultura, possamos estudar o projeto e atender essa reivindicação que considero absolutamente justa e oportuna.

O SR. PRESIDENTE (Lourival Baptista) — Com a palavra o Dr. Valteno, que a solicitou anteriormente.

O SR. VALTEN — Agradeço a oportunidade que o Exmº Sr. Presidente, Senador Lourival Baptista, me dá, neste momento.

Sou médico, por profissão e por convicção, fazendeiro e produtor agrícola por tardição. Então, hoje, junho de 1986, quero externar ao Sr. Ministro, ao Sr. Secretário da Agricultura, a nossa satisfação de ouvir o Sr. Ministro da Agricultura, o Sr. Secretário da Agricultura, do qual tenho a honra de ser amigo há muitos anos — e no dia de hoje, pela primeira vez o estou encontrando depois que ele assumiu a Secretaria da Agricultura. Estamos de parabéns pelos homens que hoje estão comandando esse processo importante do nosso País. Levaremos horas, dias, e, às vezes, meses, discutindo os problemas agropecuários deste País; não chegaríamos a um acordo, não chegaríamos a uma definição — se não é pleonasmo — definitiva. Mas quero crer que partindo de homens que têm um objetivo, que eles têm, nós os produtores de Brasília, de Goiás — onde eu tenho minhas propriedades — temos agora um objetivo maior: temos que acreditar no que nós ouvimos aqui. O Sr. Ministro, eu já o conheço pelos trabalhos realizados como Governador de Goiás. O Sr. Secretário da Agricultura, homem que realmente está imbuído de um princípio de honestidade, que lhe é peculiar, para tentar resolver o problema crucial, pelo menos do pequeno produtor, que ele deixou bem claro na sua esplanada.

Eu gostaria de fazer uma única pergunta ao Sr. Ministro e ao Sr. Secretário de Agricultura, não de âmbito nacional — que o que nós passamos em Brasília, o Brasil passa; o que a população de Brasília sofre, a população do Brasil carece.

Como eu senti na carne, como produtor, como hortigranjeiro, como produtor rural, como pecuarista, eu faria a pergunta — me parece que está presente o Presidente do CEASA e depois eu gostaria de ouvi-lo: Qual o objetivo do CEASA?

O CEASA, se não me engano, foi criado realmente para ajudar quem necessitava que os produtos ali chegassem. Mas, na realidade, como hortigranjeiro que fui, não aventureiro porque eu me baseei em pessoas, em firmas, em projetos e fiz uma produção de hortigranjeiros altamente tecnificada, se não fosse a medicina, eu tinha quebrado; porque o que existe no CEASA é única e exclusivamente um grupo de pessoas que se reuniram, foram beneficiadas com a entrega dos boxes; se pagaram, se pagam ou se vão pagar este não é o problema do produtor. O problema do produtor é saber que ele está entregando o produto num valor "x" para ser vendido por valor três, quatro vezes o "x" que ele entregou. Eu tive esta experiência de descarregar o meu caminhão, às 3 horas da manhã, de caixas de tomate; no box pegavam as caixas de tomate, entregavam na Kombi que ia direto para o Hotel Nacional, por preço duas ou três vezes mais caro do que eu recebi para entregar aquele tomate.

Nós, desta atual geração, precisamos tomar providências, mais imediatas e seguras e não providências demagogas. Por isso que eu estou dizendo, é a primeira vez que eu me dirijo a público porque eu não acreditava em quem passou; agora eu acredito nos homens que estão comandando este País. Eu tenho porque acreditar neles.

O CEASA que temos, é o problema crucial do hortigranjeiro. Eu parei de produzir porque eu não tirava o custo, ninguém tira, porque o atravessador, ele faz da mercadoria — que o produtor entregou às 3 horas da manhã — ele faz da mercadoria o que ele bem entender; ele põe o preço que ele bem entender. Se tem muito tomate, ele paga menos, mas o consumo dele é o mesmo. Então, não tem explicação você entregar um produto num preço, ele sai do caminhão, ele vai para a kombi, para o Hotel Nacional pelo dobro do preço, vai para o Jumbo pelo triplo do preço, e o consumidor compra por quatro vezes ou cinco vezes o preço pelo qual ele foi entregue há 12 horas na CEASA. Por que não criar uma cooperativa dentro dos produtores para administrar a CEASA? E a CEASA ser fiscalizada pela Secretaria da

Agricultura ou pelo Ministério da Agricultura, por pessoas que realmente queiram ajudar este País — e não usar este País.

De modo que a minha colaboração, como produtor, como pecuarista que hoje sou, única e exclusivamente, tenho saudade do tempo de hortigranjeiro, porque ajudei muitas famílias, havia 30 famílias na minha fazenda. Hoje, tenho duas cuidando do meu gado; quer dizer, 28 tive de dispensar, 28 casais que tinham, no mínimo, 3, 4, 5 filhos. Todos produziam, comiam e ganhavam. Vieram para a cidade para ser o quê? Malandros, ladrões à procura de emprego público.

Hoje, veja bem, arrisquei até a comprar o ponto de um box, para ver se o meu produto tinha o valor que deveria ter. Mesmo assim, não deu resultado. E por quê? Porque tem que se pagar algo para adquirir um box, e o algo não é baixo, é bem alto.

Então, existem grupos que monopolizam. Se a caixa de tomate hoje, por exemplo, em números redondos, é cem cruzados, ninguém paga mais de 100, mas eles vendem por 400 cruzados, porque criou-se o monopólio. O produtor está com o tomate no caminhão, ele não tem saída, tem que vender ou então dar, e foi assim que, muitas vezes, mandei o caminhão para a Ceilândia para ser distribuído o tomate, porque não dava para vender. Então, esta é a minha colaboração, é a minha sugestão.

Eu gostaria de perguntar ao Presidente da CEASA se, realmente, estou muito errado no meu ponto de vista. Muito obrigado.

O SR. LEONE TEIXEIRA DE VASCONCELOS

— Meu caro amigo Valteno, há mais ou menos uns oito anos que não nos vemos, tenho o prazer de reencontrá-lo aqui hoje. Você tocou num problema crucial, realmente sério. Você sabe que a CEASA, durante muito tempo, e ainda hoje é acusada de ser uma máfia, muitos amigos meus foram levar produtos lá e também tiveram essa mesma frustração que você teve.

Mas estamos procurando reverter tudo isso. Devo dizer o seguinte: nós já criamos duas feiras do pequeno produtor, são dois espaços que queremos abrir diretamente para o pequeno produtor, tanto no Plano Piloto como em Taguatinga. Estamos num processo de retomada daquele imóvel que você conhece lá, naquela área, naquele outro mercado, vamos retomar aquele imóvel, despejar alguns vendedores que lá estão e transformá-lo num grande mercado de hortigranjeiros, diretamente administrado pelos produtores integrados com a Diretoria do CEASA.

O Sr. Ministro pediu-me que o tranquilizasse e que ele dissesse que a parte do Ministério da Agricultura, no que compete à participação da COBAL, dentro da nossa CEASA, aqui, é minoritária, mas que tem a sua participação. E o apoio que se fizer necessário, tanto do Ministério de S. Exª como de nossa Secretaria estarão de portas abertas para ouvi-lo. E essa sua pergunta, após a saída do Sr. Ministro, quando o nosso Presidente da CEASA participar e der as respostas, vai lhe responder com mais profundidade.

No que diz respeito aos preços dos produtos, também o nosso Presidente da EMATER lhe dará esclarecimentos. Você, como hortigranjeiro que foi, sabe que essa sazonalidade na produção do hortigranjeiro implica sempre a questão da lei da oferta e da procura, e aí é que se aproveitam os atravessadores, especulando e minimizando os custos, explorando os produtores. Mas esteja certo de que vamos, juntos, com a sua ajuda também, é evidente, chegar lá.

O SR. PRESIDENTE (Lourival Baptista) — Com a palavra a Srª Ida Cláudia, Assessora da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura — CONTAG.

A SRA. IDA CLÁUDIA — Sr. Presidente, quando da exposição do Secretário da Agricultura do DF, foi muito bem colocada a necessidade de a terra exercer sua função social. Tendo esse objetivo, o novo projeto agrourbano, o combinado agrourbano terá normas rígidas e bem direcionadas, porque o agrourbano é um novo núcleo, inclusive pequeno.

Eu gostaria de um esclarecimento no sentido de que como no Distrito Federal existem arrendados 150 mil hectares e várias denúncias em termos de área de lazer

que não produzem absolutamente nada, que servem apenas para pessoas, que já são funcionários públicos às vezes de alto cargo, fazerem apenas churrascos e terem as suas diversões no final de semana, por que não moralizar o arrendamento no DF dando uma função social a essa terra que não está sendo bem utilizada. Seria a primeira pergunta.

A segunda pergunta, seria relacionada à questão da reforma agrária no DF. Temos, praticamente, dos 581.399 hectares do DF apenas 347.949 hectares desapropriados e o projeto inicial do DF seria como uma nova proposta, realmente nova, desapropriar toda a área ficando com o controle do Estado e assim sendo arrendada com fiscalização. Por que o DF é o único distrito que não tem seu plano de reforma agrária no qual se poderia viabilizar de uma forma real a desapropriação de toda a área do DF, numa moralização e funcionamento de toda essa terra.

A terceira pergunta, seria relacionada à questão das associações formadas com apoio e incentivo da Secretaria de Estado com o apoio da EMATER. Por que ao invés de optar por uma fórmula própria com o apoio e o respaldo do Governo, por que não houve uma opção pelo apoio a fundação de novas cooperativas ou cooperativas de produtores e o apoio ao sindicalismo rural e sim foi formada em uma outra instância que, acredito, venha muito mais a dividir os produtores do que unificar os produtores, porque já existe o sindicato e já existe a forma de defesa econômica que seria as cooperativas.

O SR. LEONE TEIXEIRA DE VASCONCELOS — O Senador Lourival Baptista acaba de comunicar-me que os Srs. Senadores estão sendo chamados para a votação de matérias importantes, mas vou dar uma panorâmica rápida sobre as suas três perguntas.

A primeira pergunta, é sobre a moralização dos arrendamentos.

Estamos fazendo isto desde o primeiro dia em que assumimos. Iniciamos a retomada de áreas ociosas. Mas, uma tomada organizada, democrática, após a fiscalização a essas áreas, após um laudo de vistoria relacionando tudo que existe uma área e o que foi feito na área. Após esse laudo, nós já retomamos cerca de 40 áreas ociosas ou áreas que não estão cumprindo o plano de utilização para as quais elas foram destinadas. Isso já foi feito, nós não temos conseguido mas, até hoje, o Governo de José Aparecido não concedeu, não assinou um contrato de arrendamento exatamente com o objetivo de moralizar os arrendamentos e entregar essas áreas aos produtores carentes, àqueles que estão sem terra, que são muitos. Nesse sentido, tenho recebido manifesto, abaixo-assinados e tenho levado ao conhecimento do Governador.

Devo dizer, que essas áreas que foram retomadas serão redimensionadas e distribuídas a agricultores devidamente selecionados e cadastrados sem qualquer interferência política ou partidária. Se a senhora descobrir algum candidato que tenha sido indicado por alguém ou que tenha utilizado o tráfico de influência pode denunciar a mim publicamente ou a mim diretamente, porque esse critério nós não permitiremos que vingue na administração do Governo atual.

O segundo ponto é com relação às associações.

As associações é que vão decidir se chegarão às cooperativas. A associação é o primeiro passo, elas estão começando, estão fazendo um trabalho da maior importância junto a todos os produtores. Não há nenhum conflito entre as associações, os sindicatos e as confederações. Ao contrário, elas vão fortalecer os sindicatos e as confederações porque tanto os sindicatos quanto as confederações são órgãos representativos que não exercitam um trabalho de conscientização, de participação e de presença permanente na área rural.

O próprio sindicato rural — como a senhora sabe — e talvez a senhora tenha participado de uma reunião nossa — a senhora não esteve na reunião da Taquara? Então foi uma colega sua. O sindicato rural foi o primeiro sindicato que visitei antes de tomar posse e pedi ao presidente do sindicato que me procurasse, porque eu queria dar todo o apoio aos trabalhadores rurais. A senhora sabe quantos meses o presidente do sindicato levou para me procurar? Seis meses! De forma que a senhora pode estar certa de que o trabalho da secretaria é o de fortalecimento dos órgãos representativos, tanto dos produtores como dos trabalhadores rurais nem poderia ser diferente.

rente no regime que estamos vivendo após 20 anos de obscurantismo e de ditadura. A situação hoje é outra. Estamos vivendo uma hora de participação. Essa é a política do Governo.

O Distrito Federal elaborou um trabalho sobre a reforma agrária, sobre o desenvolvimento agrário e na verdade o Distrito Federal já vem fazendo reforma agrária desde o seu início, através dos arrendamentos, porque é preciso colocar bem as questões nos seus devidos termos. Não é só dar a terra — é aquilo que agora mesmo estávamos conversando e o Ministro inclusive focalizou muito bem, a presença do Estado no cumprimento dessas obrigações vitais, importantes na área de educação, saúde, assistência técnica. Não adianta nós darmos uma área aqui ao trabalhador e jogá-lo lá no mato, perdido, sem qualquer assistência. A reforma agrária, ela não termina com o título, ao contrário, ela está começando. De forma que a senhora pode estar certa de que a preocupação do Governo é, realmente, encaminharmos para esta reforma agrária desta forma, com a responsabilidade muito mais abrangente do Estado na área rural. O Distrito Federal já está dando esse exemplo. Toda a sua área é uma área arrendada, e os produtores só não podem vender a área. Em certa ocasião, fui procurado por um produtor que me disse: bom, mas se eu pegar esse contrato de arrendamento eu posso vender? Primeira coisa que ocorreu a ele era se poderia vender. Para nós o menos importante era isso, o mais importante para nós é que ele permaneça com a família ali, enquanto for necessário a ele, produzindo, subsistindo e não caindo numa especulação imobiliária, descontrolada, que não leva a nada, ao contrário, agrava o processo de abastecimento e o processo social. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Lourival Baptista) — Infelizmente, teremos que encerrar esta reunião, pois estamos sendo chamados para sessão do Senado, onde serão votados vários projetos, inclusive a licença para o Senhor Presidente da República ausentar-se do País.

Congratulamo-nos com o Governador Iris Resende pela sua palestra, que nos transmitiu conhecimentos de assuntos de real importância. Recordo que o Governador de Sergipe, João Alves Filho, esteve em Goiânia, no ano passado, a fim de observar as construções de casas através do mutirão. O Governador levou essa experiência para Sergipe. O Dr. Leone, com a sua experiência, muito também tem realizado à frente da Secretaria de Agricultura do Governo do Distrito Federal, evidenciando, além disso, com sua palestra, amplos e profundos conhecimentos especializados.

Queremos nos congratular com os Deputados Fernando Cunha, Joaquim Roriz, Juarez Bernardes e Irapuã Costa Júnior, que honraram com as suas presenças esta reunião e todos aqueles que fizeram perguntas neste debate.

Aos Srs. Dr. Flávio Couto, Marlenio José Ferreira de Oliveira, Sebastião de Castro e Suetônio Pacheco, eu solicito que nos desculpem, mas, em outra ocasião, esta Comissão não faltará oportunidade para ouvi-los com muita honra e satisfação.

Está encerrada a reunião. (Palmas.)

## COMUNICADO CONJUNTO PARA A IMPRENSA

A convite do Soviete Supremo, no período de 7 a 15 de julho de 1986, esteve em visita oficial à União Soviética a Delegação do Congresso Nacional do Brasil, chefiada pelo Senhor Senador José Fontanillas Fragelli, Presidente do Congresso Nacional.

Os Parlamentares brasileiros visitaram Moscou e Leningrado, tendo depositado coroas de flores no Mausoléu de V. I. Lenin e no Túmulo do Soldado Desconhecido.

A Delegação do Congresso Nacional do Brasil foi recebida pelo Membro do Bureau Político do Comitê Central do PCUS e Presidente do Presidium do Soviete Supremo, A. A. Gromyko, pelos Presidentes do Soviete da União e Soviete das Nacionalidades, L. N. Tolkunov e A. E. Voss, e pelos Presidentes e Membros das Comissões Permanentes das Câmaras do Soviete Supremo.

Durante as conversações, que se desenrolaram num clima de compreensão mútua, a Comitativa brasileira foi informada a respeito das amplas expectativas soviéticas no plano da política exterior, cuja realização levará a uma verdadeira reviravolta na situação internacional, a uma libertação da humanidade das armas nucleares e outros tipos de armas de extermínio em massa, e à criação do sistema universal de segurança internacional.

Os Parlamentares soviéticos expressaram sua preocupação especial quanto à situação iminente de graves consequências para o destino do mundo, resultante da decisão anunciada pelo Governo dos Estados Unidos da América de renunciar à observância, no futuro, aos acordos estabelecidos entre a URSS e aquele País, na área de limitação de armas estratégicas ofensivas. A Delegação brasileira foi detalhadamente informada sobre os esforços que vêm sendo empreendidos, nesse contexto, pelo Soviete Supremo quanto à resolução das Comissões de Relações Exteriores do Soviete da União e do Soviete das Nacionalidades do Soviete Supremo, referente à mencionada questão.

Foi entendimento comum aos Parlamentares brasileiros e soviéticos a necessidade de cessar a corrida armamentista, mormente a nuclear, procurando soluções mutuamente aceitáveis para os diversos problemas da humanidade no mundo contemporâneo.

Da mesma forma, ficou evidenciada a convicção quanto à necessidade de uma nova abordagem para a solução de problemas globais no século nuclear.

Os Parlamentares da URSS e do Brasil sublinharam a importância primordial da cessação imediata de testes com armas nucleares, pronunciando-se pelo desenvolvimento da cooperação internacional na prevenção à corrida armamentista no espaço exterior e no seu aproveitamento pacífico, com o estabelecimento de um regime internacional de desenvolvimento seguro da energia nuclear. A solução desses problemas vitais, que afetam os interesses de toda a humanidade, exige esforços permanentes de todos os Governos, independentemente de seus sistemas sociais e situação geográfica.

Expressando preocupação quanto à existência de focos de tensão e conflitos em diferentes regiões do mundo, os membros das duas Delegações pronunciaram-se pelo apoio aos esforços construtivos das nações latino-americanas na busca à justa solução política para a América Central, com base no pleno respeito ao direito dos povos quanto à escolha do caminho independente de seu desenvolvimento, com a não ingerência em seus assuntos internos.

Atribuem os Parlamentares grande significado à procura coletiva de uma solução política para as situações de conflito existentes na África do Sul e no Oriente Médio, condenando decididamente todas as formas de terrorismo, inclusive o estatal.

Os Deputados do Soviete Supremo destacaram a contribuição positiva do Brasil consubstanciada no apoio à aspiração dos países latino-americanos de transformar o Atlântico Sul em zona de paz e de cooperação.

Os Parlamentares da União Soviética e do Brasil destacaram a atual situação internacional de busca à normalização das relações financeiro-econômicas, consolidando intercâmbios econômico-comerciais e técnico-científicos, iguais em direito e livres de discriminação entre países, garantindo a segurança econômica dos Governos.

Em vista disso, pronunciaram-se pelo estabelecimento de uma nova ordem econômica mundial, com o início das conversações globais sobre os mais importantes temas internacionais, financeiros e econômicos, inclusive o da dívida externa.

Ressaltando, por fim, a importância do reforço e da continuidade dos contatos entre os Parlamentares dos dois Países, os Deputados do Soviete Supremo e os membros da Delegação do Congresso Nacional do Brasil pronunciaram-se pelo desenvolvimento da cooperação soviético-brasileira no interesse dos dois povos, declarando a aspiração mútua de contribuir para a ampliação e aprofundamento dessa cooperação nos campos político, econômico-comercial, técnico-científico e cultural, com base nos princípios de igualdade, respeito à soberania e não ingerência em assuntos internos de cada Governo.

A Delegação a que se refere o comunicado conjunto foi composta pelos seguintes Parlamentares:

- Senador JOSÉ FRAGELLI, Presidente do Senado
- Senador CARLOS CHIARELLI, Líder do PFL
- Senador JAMIL HADDAD, Líder do PSB
- Senador OCTÁVIO CARDOSO, Vice-Líder do PDS
- Senador MARTINS FILHO, Vice-Líder do PMDB
- Deputado GASTONE RIGHI, Líder do PTB
- Deputado MATHEUS SCHIMIDT, Líder do PDT
- Deputada IRMA PASSONI, Líder do PT
- Deputado RAUL BERNARDO, Vice-Líder do PDS
- Deputado HERÁCLITO FORTES, Vice-Líder do PMDB.